



Coren^{PB}
Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno, controle externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010; Resolução TCU nº 244/2011, de 20 de julho de 2011; Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010; Instrução Normativa-TCU nº 72/2013; Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.



INTRODUÇÃO

Prezado Leitor,

Este relatório de gestão integrado visa apresentar aos órgãos de controle externo, profissionais de enfermagem e aos cidadãos em geral como funciona a estrutura do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba para mobilizar os recursos arrecadados, com o objetivo de alcançar a finalidade de sua criação. Além disso, propõe-se a demonstrar como os princípios que regem a Administração Pública estão inseridos na produção e entrega do serviço público prestado pelo órgão de fiscalização e disciplina no Estado da Paraíba.

O relatório de Gestão referente ao exercício de 2018 está estruturado da seguinte forma:

Apresentação da Presidente

Capítulo 1 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Capítulo 2 – Planejamento Estratégico e Governança

Capítulo 3 – Gestão de Riscos e Controles Internos

Capítulo 4 – Resultados da Gestão

Capítulo 5 – Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Capítulo 6 – Demonstrações Contábeis



APRESENTAÇÃO DA PRESIDENTE



Renata Ramalho da Cunha Dantas
Presidente do COREN/PB

O presente relatório de gestão é o instrumento elaborado nos moldes da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010; Resolução TCU nº 244/2011, de 20 de julho de 2011; Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010; Instrução Normativa-TCU nº 72/2013; Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.

Assim, os elementos e demonstrativos apresentados neste relatório evidenciam o resultado das ações empreendidas pela gestão do COREN-PB durante o exercício de 2018 para cumprir os objetivos estabelecidos, assim como a regular aplicação dos recursos públicos arrecadados pelo Conselho de fiscalização.

Além disso, o relatório expõe informações relativas ao desempenho da gestão e demais procedimentos inerentes à Competência do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba/COREN-PB para o cumprimento de sua missão institucional.

Saliento que as informações prestadas foram coletadas no ambiente interno do Conselho, tendo sido também, prestada pelos responsáveis setoriais, as quais foram distribuídas nos tópicos incluídos neste relatório, considerando o conteúdo estabelecido pelo TCU em sua página na internet no link “Contas do exercício de 2018”, além de outros considerados relevantes.

Por fim, informo que apesar das dificuldades encontradas, muitos objetivos foram alcançados e quanto aos demais, estamos nos empenhando para implementá-los.

Boa leitura.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DA PRESIDENTE

CAPÍTULO 1 – VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 1.1. AMBIENTE EXTERNO
 - 1.1.1. Renda mensal
 - 1.1.2. Profissionais qualificados
 - 1.1.3. Desemprego aberto
 - 1.1.4. Concentração geográfica
- 1.2. PERFIL DA ENFERMAGEM PARAIBANA
 - 1.2.1. Onde trabalham
 - 1.2.2. Renda mensal
 - 1.2.3. Masculinização
 - 1.2.4. Profissionais qualificados acima do exigido
 - 1.2.5. Desemprego aberto
 - 1.2.6. Concentração na capital
- 1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 1.4. ORGANOGRAMA
- 1.5. MODELOS DE NEGÓCIOS

CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

- 2.1. METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 2.2. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
- 2.3. ALTA ADMINISTRAÇÃO
- 2.4. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

CAPÍTULO 3 - GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

- 3.1. DEPARTAMENTO FINANCEIRO, COBRANÇA E CONTÁBIL
- 3.2. DEPARTAMENTO DE PESSOAL
- 3.3. PROCURADORIA REGIONAL
- 3.4. ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS DA GESTÃO

4.1. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS/INICIATIVAS

- 4.1.1. Projeto COREN Móvel
- 4.1.2. Semana da Enfermagem no Estado da Paraíba
- 4.1.3. Grupo de trabalho de saúde da mulher
- 4.1.4. Implementação de comissões de ética nas instituições hospitalares
- 4.1.5. Projeto do Conselho Nacional de Justiça
- 4.1.6. Comitê Permanente de Monitoramento das Instituições de Longa permanência para idosos (Ilpis)
- 4.1.7. Reuniões de entrega de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) aos profissionais de Enfermagem

4.2. RESULTADOS DOS PRINCIPAIS DEPARTAMENTOS/SETORES DO COREN-PB

- 4.2.1. Procuradoria
- 4.2.2. Fiscalização
- 4.2.3. Controladoria Geral
- 4.2.4. Departamento de Registro e Cadastro
- 4.2.5. Licitação, Contratos e Convênios

CAPÍTULO 5 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

- 5.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
- 5.2. DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES INSTITUCIONAIS PARA MEDIR O DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, CASO TENHAM SIDO INSTITUÍDOS PELA ENTIDADE.
- 5.3. GESTÃO DE PESSOAS
- 5.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA
- 5.5. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- 5.6. DECLARAÇÃO DO CONTADOR



CAPÍTULO 6 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

6.2. CRÉDITOS DE ANUIDADES

6.3. ESTOQUES

6.4. DÍVIDA ATIVA EXECUTIVA

6.5. IMOBILIZADO

6.6. FORNECEDORES

6.7. RESULTADO PATRIMONIAL

6.8. BALANÇO PATRIMONIAL

6.9. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.10. BALANÇO FINANCEIRO

6.11. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

6.12. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

6.13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

6.14. NATUREZA DAS CONTINGÊNCIAS

6.15. PERDAS POSSÍVEIS, NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO

6.16. PARTES RELACIONADAS

6.17. SEGUROS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO 2018



CAPÍTULO 1 – VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Sistema Cofen-Coren's, criado pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, é constituído pelo conjunto das Autarquias Federais Fiscalizadoras do exercício da profissão de Enfermagem, e tem por finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem, e da observância de seus princípios éticos profissionais. Cada Conselho é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública direta ou indireta.

No atendimento de suas finalidades, o Sistema Cofen-Conselhos Regionais de Enfermagem exerce ações deliberativas, administrativas ou executivas, normativo regulamentares, contenciosas e disciplinares. O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, com sede em João Pessoa e jurisdição em todo o Estado da Paraíba, é unidade vinculada e subordinada ao Conselho Federal de Enfermagem.

As competências dos Conselhos Regionais estão elencadas no art. 15 da Lei Federal nº 5.905/73, sendo elas:

- deliberar sobre inscrição no Conselho e seu cancelamento;
- disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;
- fazer executar as instruções e provimentos do Conselho Federal;
- manter o registro dos profissionais com exercício na respectiva jurisdição;
- conhecer e decidir os assuntos atinentes à ética profissional impondo as penalidades cabíveis;
- elaborar a sua proposta orçamentária anual e o projeto de seu regimento interno e submetê-los à aprovação do Conselho Federal;
- expedir a carteira profissional indispensável ao exercício da profissão, a qual terá fé pública em todo o território nacional e servirá de documento de identidade;
- zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam;
- publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- propor ao Conselho Federal medidas visando à melhoria do exercício profissional;
- fixar o valor da anuidade;
- apresentar sua prestação de contas ao Conselho Federal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano;
- eleger sua diretoria e seus delegados eleitores ao Conselho Federal;
- exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por esta Lei ou pelo Conselho Federal.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são responsáveis, perante o poder público, pelo efetivo atendimento dos seus objetivos legais e da classe da enfermagem.



AMBIENTE EXTERNO

O COFEN em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), realizaram uma pesquisa sobre o perfil da enfermagem no Brasil.

A enfermagem hoje no país é composta por um quadro de 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros. A conclusão é da pesquisa *Perfil da Enfermagem no Brasil*, lançada nesta quarta-feira (6/5) em Brasília, e cujos resultados também apontam desgaste profissional em 66% dos entrevistados e grande concentração da força de trabalho na Região Sudeste (mais da metade das equipes consultadas). O mais amplo levantamento sobre uma categoria profissional já realizado na América Latina é inédito e abrange um universo de 1,6 milhão de profissionais. O estudo foi realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por iniciativa do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área de saúde compõe-se de um contingente de 3,5 milhões de trabalhadores, dos quais cerca 50% atuam na enfermagem (cerca de 1,7 milhão). A pesquisa sobre o Perfil da Enfermagem, realizada em aproximadamente 50% dos municípios brasileiros e em todos os 27 estados da Federação, inclui desde profissionais no começo da carreira (auxiliares e técnicos, que iniciam com 18 anos; e enfermeiros, com 22) até os aposentados (pessoas de até 80 anos).

Renda mensal

Considerando a renda mensal de todos os empregos e atividades que a equipe de enfermagem exerce, constata-se que 1,8% de profissionais na equipe (em torno de 27 mil pessoas) recebem menos de um salário-mínimo por mês.

A pesquisa encontra um elevado percentual de pessoas (16,8%) que declararam ter renda total mensal de até R\$ 1.000. Dos profissionais da enfermagem, a maioria (63%) tem apenas uma atividade/trabalho. Os quatro grandes setores de empregabilidade da enfermagem (público, privado, filantrópico e ensino) apresentam subsalários. O privado (21,4%) e o filantrópico (21,5%) são os que mais praticam salários com valores de até R\$ 1.000. Em ambos, os vencimentos de mais da metade do contingente lá empregado não passa de R\$ 2.000.

Profissionais qualificados

O desejo de se qualificar é um anseio do profissional de enfermagem. Os trabalhadores de nível médio (técnicos e auxiliares) apresentam escolaridade acima da exigida para o desempenho de suas atribuições, com 23,8% reportando nível superior incompleto e 11,7% tendo concluído curso de graduação. O programa Proficiência e outras iniciativas de aprimoramento promovidas pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais revelaram ampla penetração, alcançando 94,5% dos enfermeiros e 98% dos profissionais de nível médio (técnicos e auxiliares) que relatam participação em atividades de aprimoramento.



Desemprego aberto

Dificuldade de encontrar emprego foi relatada por 65,9% dos profissionais de enfermagem. A área já apresenta situação de desemprego aberto, com 10,1% dos profissionais entrevistados relatando situações de desemprego nos últimos 12 meses.

Concentração geográfica

Mais da metade dos enfermeiros (53,9%), técnicos e auxiliares de enfermagem (56,1%) se concentram na Região Sudeste. Proporcionalmente à população, que representa 28,4% dos brasileiros segundo o IBGE, a Região Nordeste apresenta a menor concentração de profissionais, com 17,2% das equipes de enfermagem.

PERFIL DA ENFERMAGEM PARAIBANA

A pesquisa foi realizada em todo o Estado da Paraíba, ouvindo auxiliares, técnicos e enfermeiros, com abrangência de mais de 31 mil profissionais. A enfermagem hoje na Paraíba é composta por um quadro de 71,9% de técnicos e auxiliares e 28,1% de enfermeiros, percentual esse maior que a média nacional para os enfermeiros (23%).

Onde trabalham

No quesito mercado de trabalho, 80,5% da equipe de enfermagem encontra-se no setor público; 24,2% no privado; 2,3% no filantrópico e 6,2% nas atividades de ensino.

Na Paraíba, 63,1% da equipe de enfermagem declaram desgaste.

Renda mensal

Considerando a renda mensal de todos os empregos e atividades que a equipe de enfermagem exerce, constata-se que 6% de profissionais na equipe recebem menos de um salário-mínimo por mês. A pesquisa encontra um percentual de 31,8% de pessoas que declararam ter renda total mensal de até R\$ 1.000, ou seja, estão em condições de subsalário. Dos profissionais da enfermagem, a maioria (57,7%) tem apenas uma atividade/trabalho.

Os quatro grandes setores de empregabilidade da enfermagem (público, privado, filantrópico e ensino) apresentam subsalários. O privado (41,8%), o público (35%), o filantrópico (31,5%) e o de ensino (19,4%) praticam salários com valores de até R\$ 1.000.

Masculinização

A equipe de enfermagem na Paraíba é predominantemente feminina, sendo composta por 91,1% de mulheres. É importante ressaltar, no entanto, que mesmo tratando-se de uma categoria feminina, registra-se a presença de 8,8% dos homens, abaixo, portanto, da média nacional (14,4%) e um dos menores do país. “Pode-se afirmar que na enfermagem está se firmando uma tendência à masculinização da categoria, com o crescente aumento do contingente masculino na composição. Essa situação é recente, data do início da década de 1990, e vem se firmando”, afirma a coordenadora.



Profissionais qualificados acima do exigido

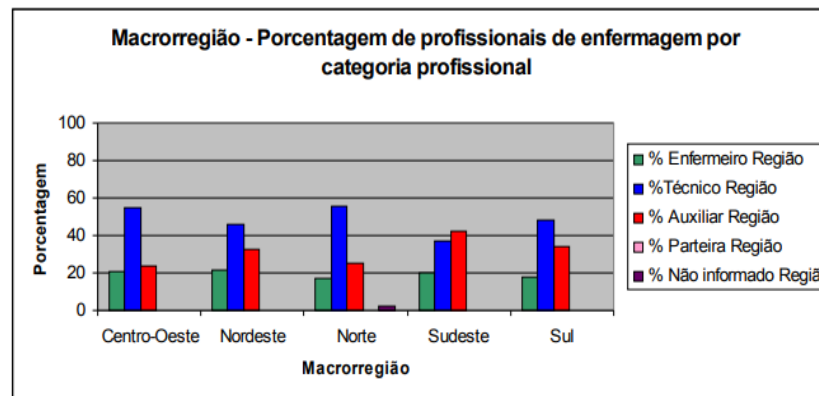
O desejo de se qualificar é um anseio do profissional de enfermagem da Paraíba. Os trabalhadores de nível médio (técnicos e auxiliares) apresentam escolaridade acima da exigida para o desempenho de suas atribuições, o que significa dizer que 37,7% de todo o contingente, fizeram ou estão fazendo curso de graduação, percentual esse acima da média nacional (34,3%)

Desemprego aberto

A área já apresenta situação de desemprego aberto, com 9,7% dos profissionais entrevistados relatando situações de desemprego nos últimos 12 meses. Dificuldade de encontrar emprego foi relatada por 78,6% desses profissionais.

Concentração na capital

Na Paraíba, a maioria da equipe de enfermagem (66,6%) se concentra na Capital. (fonte: FIOCRUZ)

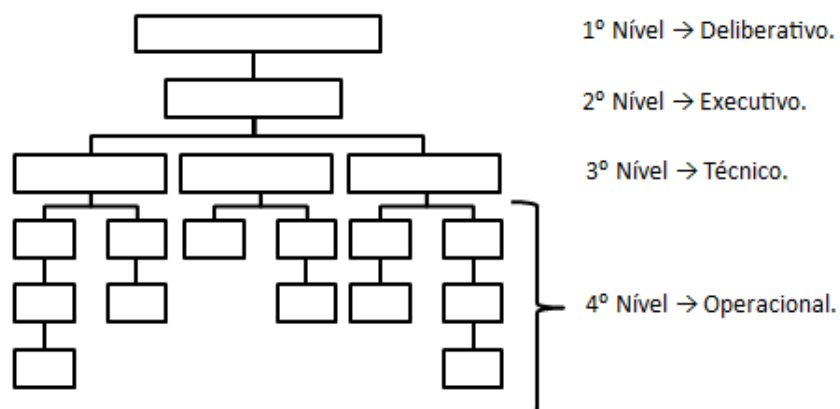


Percentagem de profissionais em 2010. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nossa estrutura conforme Regimento interno foi delimitada da seguinte forma:



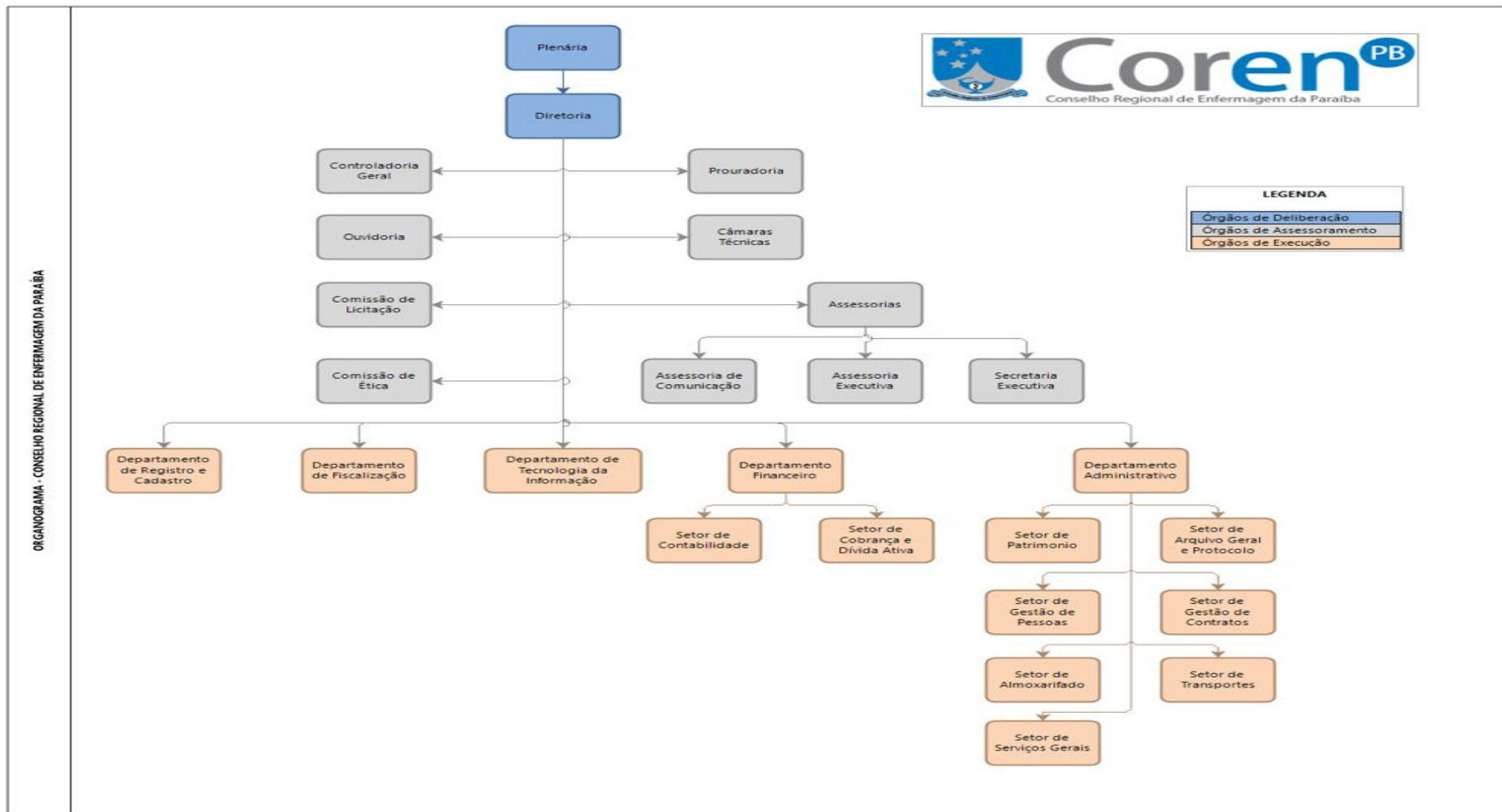
A sua construção foi precedida de um estudo da departamentalização existente, das subdivisões mais importantes, das relações e dos títulos dos cargos/empregos.

A confecção do organograma tem, basicamente, duas partes interligadas: linhas e retângulos. Sendo que as primeiras representam o fluxo da autoridade e os últimos às unidades funcionais e os cargos/empregos entre os quais flui a autoridade.

Percebe-se que a posição das unidades funcionais no organograma também indica o tipo de função que essa unidade desempenha dentro da organização. Assim se tem, por exemplo, no **PRIMEIRO NÍVEL** as unidades deliberativas, no **SEGUNDO NÍVEL** as unidades executivas, no **TERCEIRO NÍVEL** as unidades técnicas e no **QUARTO NÍVEL** em diante as unidades operacionais



ORGANOGRAMA





MODELO DE NEGÓCIOS

CAPITAL	HUMANO	INTELECTUAL	PRODUTIVO	FINANCEIRO	FROTA	
	37 FUNCIONARIOS	05 ações	33 funcionários (áreas diversas) 4 enfermeiros fiscais, 14 conselheiros	Orçamento: R\$ 6.833.500,00 Disponibilidade: R\$ 6.351.223,93	8 VEICULOS	
ESTRATÉGIA	SERVIÇOS	VALORIZAÇÃO	RECEITAS	IMAGEM		
	Zelar pelo interesse público efetuando para tanto a supervisão qualitativa, técnica e ética do exercício da enfermagem na conformidade da Lei.	Ser um conselho valorizado pela sociedade por meio da excelência na prestação de serviços, assegurando a sociedade uma assistência de enfermagem ética, científica e de qualidade, por meio da fiscalização do exercício profissional.	Gerar maior eficiência e economicidade a Administração, reduzindo as despesas e potencializando o aumento das receitas, por meio de medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos. Ter excelência e transparência na aplicação dos recursos necessários para a execução dos serviços prestados por este Conselho Regional.	Ampliar a visibilidade institucional e a confiança da sociedade, zelando pelo bom conceito da profissão e dos que a exercessem.		
PROCESSO	Fiscalização	Processo ético	Registro e Cadastro	Setor Jurídico	Colegiado	
PRODUTOS	Fiscalização Inicial – 184 Fiscalização de retorno – 136 PAD Fiscalização autuados – 183 PAD Tramitados – 548 Autos de infrações lavrados – 37 Infrações detectadas – 289	Denúncias – 91 Denúncias Conciliadas e/ou aplicado TAC – 18 Denúncias tramitando – 30 Processos de denúncias arquivados – 16 Processos éticos instaurados – 27 Processos éticos julgados – 15	972 - Anotação de responsabilidade técnica	2.117 processos de execução fiscal ajuizados; 4.200 petições diversas; Aproximadamente 1.300 audiências.	Reunião Ordinária plenária – 40 Reunião de diretoria 22	
IMPACTOS	Social - 66 Municípios Fiscalizados Instituições de saúde Interior – 218 Instituições de saúde região metropolitana – 77	Profissionais fiscalizados – 7.693	Valor	03 Categorias de profissional regulamentada	37.681 - Profissionais habilitados	Segurança da Sociedade



CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

A gestão do COREN/PB, no exercício de 2018, acompanhou e atualizou o Plano Plurianual (PPA) da autarquia, o qual deu origem ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e Planejamento Setorial (PES) das unidades funcionais do Coren/PB. Esse processo é realizado a partir de consultas sistêmicas a todos os integrantes do Conselho Profissional.

O PEI do Coren-PB é a Metodologia de Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR). Esta metodologia foi adotada em diversos países, tais como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Chile, México, Hungria entre outros, inclusive o Brasil.

A Metodologia GEOR foi introduzida no Brasil pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no final da década de 90. Desde então diversos governos estaduais e agências governamentais e não-governamentais nacionais tem-na adotado.

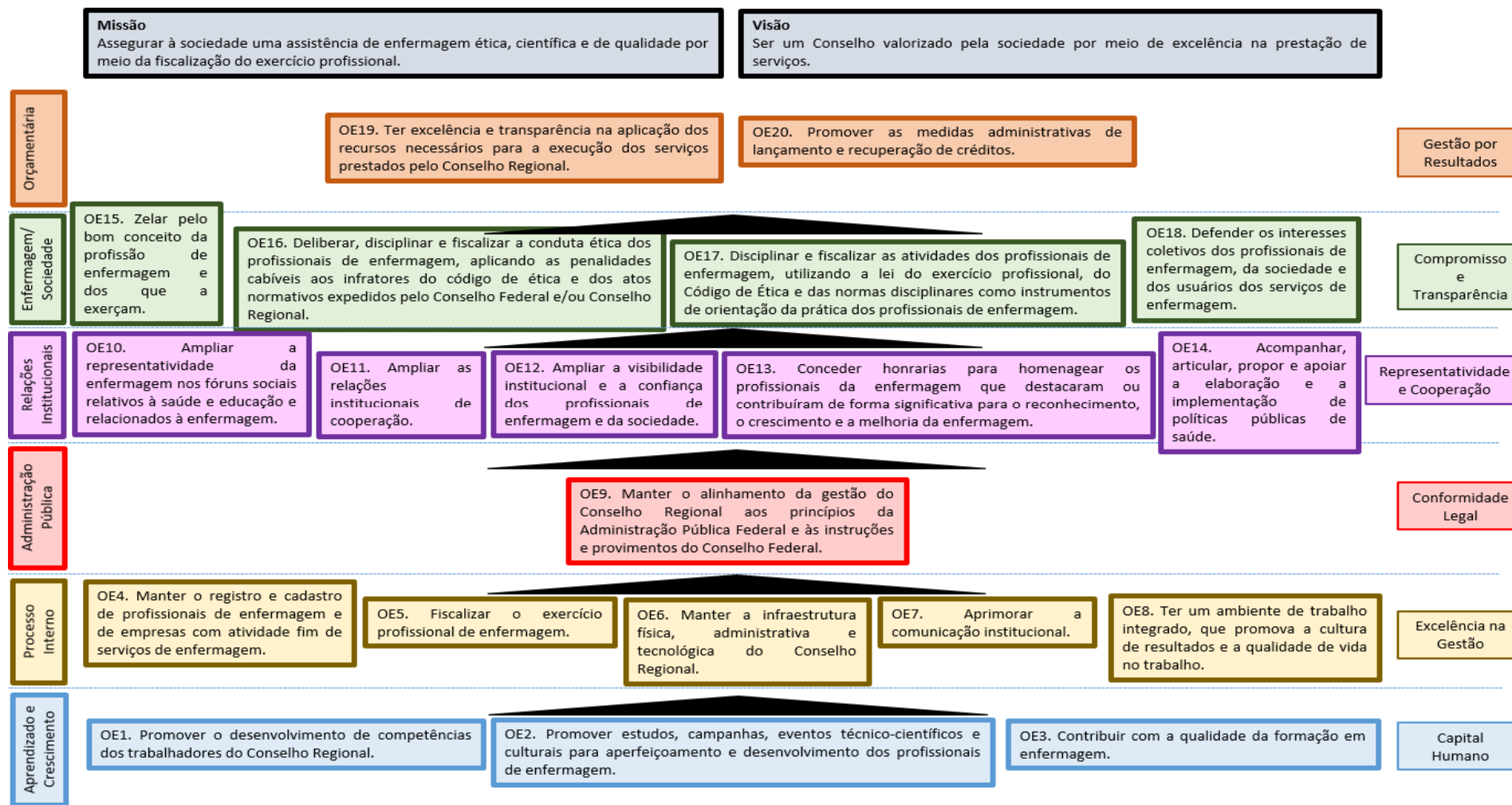
O princípio que norteia a Metodologia GEOR é o de alavancar, em curto prazo, a capacidade de produzir e medir benefícios relevantes para a sociedade, no nosso caso, para a Enfermagem brasileira. A Metodologia GEOR traduz o compromisso dos Conselheiros Federais de explicitar e cristalizar os seus compromissos com a Enfermagem com o alcance de resultados, transparência e prestação de contas em benefício da classe que representam.

A Metodologia GEOR está implementada em cima de quatro eixos: foco na Enfermagem brasileira, transparência da gestão, flexibilidade e simplicidade. Desta forma, o Coren-PB tem mecanismos para multiplicar e melhorar o atendimento à Enfermagem e à sociedade.

Resumindo, pode-se dizer que o ponto central da Metodologia GEOR é transformar intenção e ideia em realidade.



METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO





DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Governança Corporativa é exercida pelo Plenário colegiado e pela Diretoria colegiada, observando-se as disposições do Regimento Interno aprovado pela Decisão COREN - PB 46/2012 e as diretrizes fixadas pelo citado Plenário.

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem é o órgão deliberativo do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, representado pelos Conselheiros Regionais, sendo composto por 7 (nove) membros efetivos e igual número de suplentes, Enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem, de nacionalidade brasileira, aos quais é atribuído o título de Conselheiro, e que são eleitos pelos profissionais de Enfermagem.

A Diretoria do COREN-PB é composta por 3 (três) membros, ocupantes dos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pelo Plenário dentre seus Conselheiros efetivos, de acordo com o que dispuser o Código Eleitoral.

A aprovação das contas do Cofen e dos Conselhos Regionais, conforme dispõe o artigo 8º, inciso IX e artigo 15, inciso XII da Lei 5905/1973, e demais normas legais, é precedida de análise e parecer técnico da Controladoria-Geral, antes de ser submetida à deliberação do Plenário do Cofen.

A Controladoria-Geral do Coren-PB constitui-se em órgão de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário, visando controlar as atividades administrativas, orçamentário, financeira, contábil e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, publicidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, das unidades integrantes do Conselho Regional de Enfermagem.

Segue as principais informações sobre os dirigentes e membros do colegiado – Gestão 2018:

Nomeado	Cargo	Período de atuação	Documento de Nomeação	Documento de Exoneração
Renata Ramalho da Cunha Dantas	Presidente	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Samira Emanuele de Azevedo Luna	Secretária	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Leide Gláucia de Brito Barreto	Tesoureira	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.



Ângela Amorim de Araújo	Conselheiro Efetivo	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Emanuel de Oliveira Almeida	Conselheiro Efetivo	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Fábio Petterson Vieira da Silva	Conselheiro Efetivo	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Valdeni Mendes Ludugero	Conselheiro Efetivo	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Ann Gracielle M. G. Barbosa	Conselheiro Suplente	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Péricles Rodolpho A. M. da Silva	Conselheiro Suplente	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Cátia Jussara de Oliveira Pereira	Conselheiro Suplente	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Ivaldo Ferreira da Silva	Conselheiro Suplente	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Emanuel Nildivan Rodrigues da Fonseca	Conselheiro Suplente	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
José Ribamar Dantas de Figueiredo	Conselheiro Suplente	01/01/2018 até a presente data	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.
Valdinez da S. Lima	Conselheiro Suplente (renunciou)	01/01/2018 renunciou em 2018	Decisão COREN-PB nº 151/2017	Não há. A Decisão é por tempo determinado.



ALTA ADMINISTRAÇÃO¹



Renata Ramalho da
Cunha Dantas

Presidente



Samira Emanuele de
Azevedo Luna

Secretária



Leide Glauca de Brito
Barreto

Tesoureira



Ângela Amorim de
Araújo

Conselheira Efetiva



Emanuel de Oliveira
Almeida

Conselheiro Efetivo



Fábio Petterson Vieira
da Silva

Conselheiro Efetivo



Valdeni Mendes
Ludugero

Conselheiro Efetivo



Ann Gracielle M. G.
Barbosa

Conselheira Suplente



Valdinez da Silva Lima
Conselheira Suplente

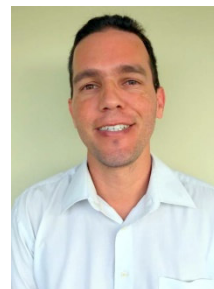


Cátia Jussara de Oliveira
Pereira

Conselheira Suplente



Ivaldo Ferreira da Silva
Conselheiro Suplente



Péricles Rodolpho A. M.
da Silva

Conselheiro Suplente



Emanuel Nildivan
Rodrigues da Fonseca

Conselheiro Suplente



José Ribamar Dantas de
Figueiredo

Conselheiro Suplente

¹ A Conselheira suplente Valdinez da S.Lima renunciou em 2018.



PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

O Conselho Regional de Enfermagem possui como principal canal de interação a Ouvidoria, disponibilizada no website <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-pb/>, O canal está disponibiliza seus serviços para profissionais de enfermagem, comunidade, estudantes, colaboradores do Sistema e público em geral.

Além da ouvidoria, o COREN-PB, no intuito de apresentar ao cidadão os principais serviços que a autarquia elaborou a sua Carta de Serviços ao Cidadão. Neste documento, o cidadão tem a oportunidade de conhecer os serviços que o COREN-PB presta e a maneira de acessá-los.

Trata-se de um documento de compromisso com a sociedade, haja vista que por meio dele o COREN-PB se compromete a entregar os serviços nos prazos e modos informados.

Por meio deste documento, o COREN-PB espera ampliar o acesso democrático aos serviços por ele prestados, de forma que os profissionais de enfermagem, as instituições e a sociedade

possam ver e usufruir dos benefícios que a instituição coloca a sua disposição.

A Carta de Serviços ao Cidadão do COREN-PB está dirigida a três grupos de públicos-alvo:

- aos cidadãos;
- aos profissionais de enfermagem; e
- aos Conselhos Regionais de Enfermagem.

Canais de comunicação eletrônica do COREN-PB.

Nº.	Descrição	Sítio
1	Portal Institucional do COREN-PB	www.coren.pb.gov.br
2	Portal da Transparência	http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-pb/transparencia/
3	Autoatendimento 24 horas	https://app3.incorpnet.com.br/appcoren/incorpnet.dll/login?conselho=corenpb
4	Ouvidoria do COREN-PB	http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-pb/
5	Facebook	https://www.facebook.com/corenpb/
6	Instagram	https://www.instagram.com/corenpb/

Fonte: Portal do COREN-PB

Canais de comunicação físicos do COREN-PB:

Conselho Regional de Enfermagem (SEDE)

Avenida Maximiano de Figueiredo, 36, Centro, 3º andar, Empresarial Bonfim. João Pessoa (PB).

CEP: 58013-470

Tel.: (83)3221-8758

Horário de Atendimento: 08h às 12 e 13h às 17h

Conselho Regional de Enfermagem (SUBSEÇÃO)

Rua João Tavares, 619, Campina Grande (Paraíba)

CEP: 58400-248

Tel.: (83) 3321-0685

Horário de Atendimento: 08h às 12 e 13h às 17h



CAPÍTULO 3 - GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos possibilita impedir a ocorrência de um evento que tenha impacto no atingimento dos objetivos do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba. Essa gestão ocorre de forma descentralizada no COREN/PB, conforme descreve as áreas abaixo:

Departamento Financeiro, cobrança e contábil

Esses departamentos exercem papel fundamental para garantir estratégias de gerenciamento de riscos nas operações financeiras, bem como seus efeitos nas demonstrações contábeis.

Esse papel é desenvolvido da seguinte forma:

O **RISCO DE CRÉDITO** decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento da obrigação tributária, no caso específico das anuidades. Logo, para mitigar os riscos os departamentos utilizam o software interno *INCORP* para verificar quais créditos o órgão possui e cobrá-los dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário, a fim de evitar sua prescrição. Em relação às aplicações financeiras, o Conselho aplica seus recursos em instituição financeira oficial.

Quanto ao **RISCO DE MERCADO**, o Conselho está sujeito aos riscos da flutuação da moeda, taxa de juros e de preços. Contudo, as taxas pactuadas pelo Conselho estão em conformidade com as do mercado. O COREN/PB busca a redução de taxas contratualmente com a instituição bancária.

O **RISCO DE LIQUIDEZ** está associado à eventual falta de recursos para honrar os contratos assumidos. Contudo, em virtude da contratação mediante licitação, o departamento financeiro assegura em cada processo a existência de disponibilidade financeira para atender as necessidades operacionais.

Departamento de Pessoal

O departamento monitora as situações de perda de pessoal em virtude de: a) pedido de demissão para assumir cargo público em concurso; b) falecimento; c) aposentadoria. Com a finalidade de reduzir os impactos o departamento acompanha sistematicamente o concurso realizada em 2014. As perdas são na maioria dos casos substituídas por candidatos aprovados, eis que o concurso é válido até maio de 2019.



PROCURADORIA REGIONAL

É o órgão técnico responsável por prestar assessoramento jurídico, representar o Coren-PB na esfera judicial. O principal risco é a perda do prazo nas ações judiciais.

A procuradoria realiza o acompanhamento dos prazos através da plataforma fornecida através do Processo Judicial Eletrônico, semanalmente é elaborada planilha contendo os prazos a serem cumpridos.

ADMINISTRATIVO

A política de segurança da informação está em constante evolução para atender os ditames legais, visando a proteção dos dados do órgão. Para minimizar os danos, o COREN/PB tem capacitado a equipe a fim de evitar invasões nos sistemas, bem como pretende realizar concurso para um profissional com habilidades específicas em segurança da informação.



CAPÍTULO 4 – RESULTADOS DA GESTÃO

Esta metodologia está composta pela definição de um PPA, o qual é definido pela Plenária de Conselheiros do COREN-PB. Este PPA é composto de Programas Temáticos e Objetivos Estratégicos, os quais são constituídos por Iniciativas Estratégicas. As Iniciativas Estratégicas, por sua vez, dão origem a Planos de Ação que serão detalhados na forma de Projetos. São estes últimos que concretizam os Objetivos Estratégicos traçados pela Plenária do COREN-PB.

Salienta-se que o COREN-PB utiliza as mesmas metodologias utilizadas pelo Conselho Federal na construção do Planejamento Estratégico Institucional.

Conforme o exposto, para que o COREN-PB alcance seus Objetivos Estratégicos e cumpra a sua Missão, o PPA auxilia dando o direcionamento estratégico e estruturando de forma sistemática o caminho a ser trilhado.

Os Programas Temáticos são um conjunto de Iniciativas Estratégicas relacionados entre si para o alcance dos resultados propostos e podem ter mais de um Objetivo Estratégico vinculado.

O Programa Temático retrata no PPA a agenda institucional e orienta a ação institucional. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade do que vai ser feito. O Programa Temático se desdobra em Objetivos e Iniciativas Estratégicas.

Os Objetivos Estratégicos expressam as escolhas da instituição para a implementação da sua política. Por intermédio deles, o PEI relaciona o “planejar” ao “fazer”. Os Objetivos Estratégicos podem ter uma ou mais Iniciativas Estratégicas a eles relacionados, as quais abrangem

Projetos, atividades ou operações especiais, e apresenta as seguintes características:

- define a escolha para a implementação da política institucional desejada, levando em conta aspectos políticos, sociais, econômicos, institucionais, tecnológicos, legais e ambientais;
- orienta taticamente a ação da instituição no intuito de garantir a entrega à sociedade dos bens e serviços necessários para o alcance das metas estipuladas;
- expressa um resultado transformador da situação atual em que se encontra um determinado tema;
- é exequível, estabelecendo metas factíveis e realistas para a instituição, considerando a conjuntura econômica, política e social existente;
- define iniciativas que declaram aquilo que deve ser ofertado na forma de bens e serviços ou pela incorporação de novos valores à política institucional, considerando como organizar os agentes e os instrumentos que a materializam;
- declara as informações necessárias para a eficácia da Iniciativa Estratégica, além de indicar os impactos esperados na sociedade.

A Iniciativa Estratégica, por sua vez, declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações institucionais e normativas. Ela norteia a atuação institucional e estabelece um elo entre o PPA e o Orçamento. Uma Iniciativa Estratégica é uma reflexão resumida de um projeto..

A Metodologia GEOR permite a sociedade e a Enfermagem saber dos gestores do Sistema Cofen-Conselhos Regionais como, onde e com que benefícios os seus recursos estão sendo aplicados.



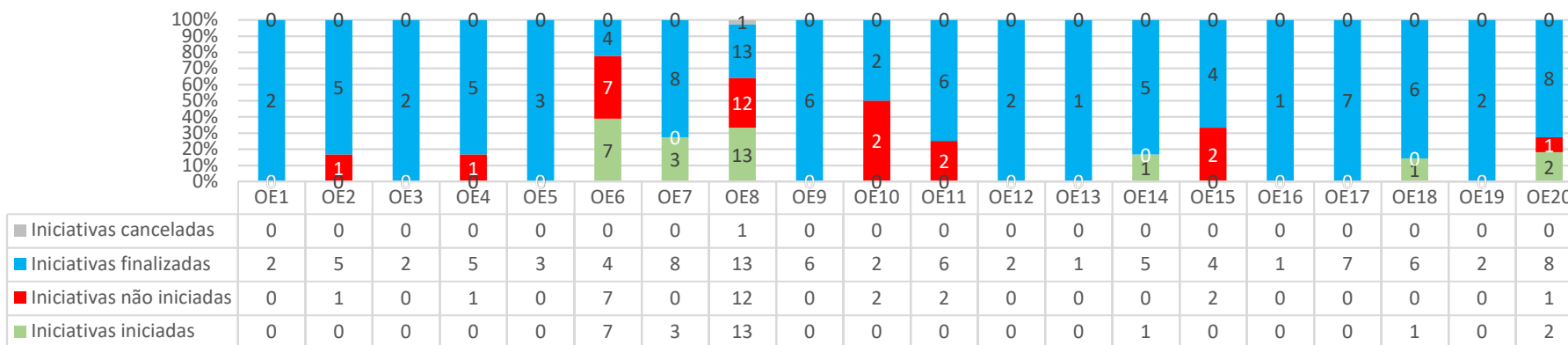
SEGUE OS RESULTADOS ATINGIDOS:

Descrição	Ano				Objetivo Estratégico																			Total	
					Aprendizado e Crescimento			Processos Internos					Administração Pública	Relações Institucionais					Enfermagem/Sociedade				Orçamentária		
	2016	2017	2018	Total	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OE10	OE11	OE12	OE13	OE14	OE15	OE16	OE17	OE18	OE19		OE20
Iniciativas não iniciadas	28	28	28	28	0	1	0	1	0	7	0	12	0	2	2	0	0	0	2	0	0	0	0	1	28
Iniciativas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	3	13	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	27	
Iniciativas finalizadas	0	0	0	0	2	5	2	5	3	4	8	13	6	2	6	2	1	5	4	1	7	6	2	8	92
Iniciativas canceladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	28	28	28	28	2	6	2	6	3	18	11	39	6	4	8	2	1	6	6	1	7	7	2	11	148
Total BSC					10			77					6	21					21				13		

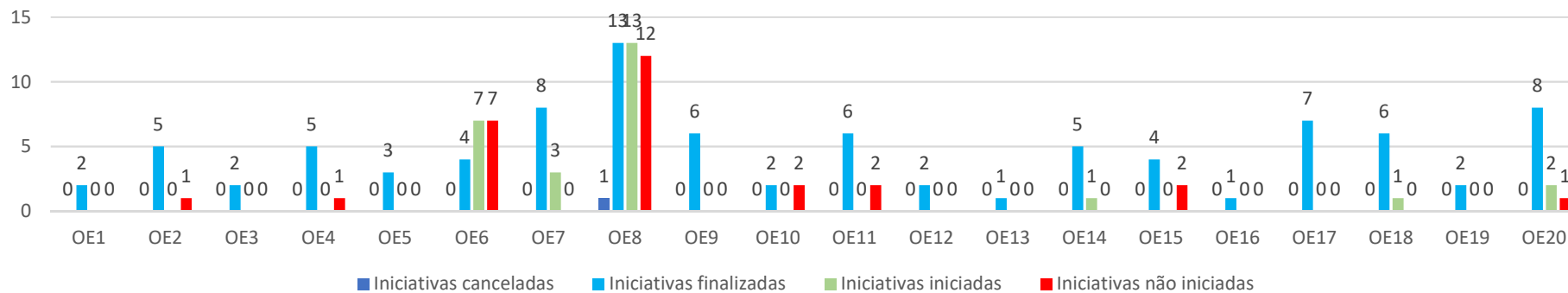
BSC	Iniciativas não iniciadas	Iniciativas iniciadas	Iniciativas finalizadas	Iniciativas canceladas	Qtde
Descrição					
Aprendizado e Crescimento	1	0	9	0	10
Processos Internos	20	23	33	1	77
Administração Pública	0	0	6	0	6
Relações Institucionais	4	1	16	0	21
Enfermagem/Sociedade	2	1	18	0	21
Orçamentária	1	2	10	0	13
Total	28	27	92	1	148



Objetivos Estratégicos x Iniciativas Estratégicas



Objetivos Estratégicos x Iniciativas Estratégicas





Os principais resultados alcançados foram:

- Operacionalização do Seminário Institucional.
- Aperfeiçoamento na tramitação de processos administrativos e de pagamentos no COREN/PB.
- Implantação preliminar no sistema interno do COREN-PB da tramitação de processos administrativos.
- Regulamentação do Setor de Cobranças e Dívida Ativa.
- Continuidade do projeto COREN Móvel com vistas a facilitar o atendimento aos profissionais de enfermagem de todo o Estado da Paraíba.
- Realização de palestras na semana da enfermagem com ênfase na ética e educação profissional, realizada nas cidades polos da Paraíba, com o tema: Construindo uma educação global para a enfermagem.
- Criação do grupo de trabalho de saúde da mulher do COREN-PB, tendo em vista o crescente número de casos de sífilis no País. O COREN-PB juntamente com o Ministério Público Federal, Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Conselho Regional de Medicina criaram estratégias de prevenção e tratamento da sífilis no Estado.
- Realização de cursos e palestras no Estado da Paraíba para os profissionais de enfermagem sobre a administração de penicilina na Atenção Primária à Saúde, como estratégia para enfrentamento da sífilis no Estado da Paraíba.
- Implementação de comissões de ética nas instituições hospitalares.
- reconhecer o mérito dos profissionais de Enfermagem em seu exercício com qualidade e estimular o desenvolvimento da adoção de práticas assistenciais pela gestão das instituições.
- Participação e incentivo na iniciativa do Conselho Nacional de Justiça em promover campanhas de conciliação de ações fiscais dos Conselhos e Reclamações Pré-Processuais, visando reduzir o quantitativo de processos de execução fiscal.
- Participação efetiva no Comitê Permanente de Monitoramento das Instituições de Longa permanência para Idosos (Ilpis) como medida de eficiência e obtenção de resultados maiores das fiscalizações dessas instituições.
- Participação do Fórum de Assistência Obstétrica na Paraíba.
- Realização de reuniões para entrega de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) aos profissionais de Enfermagem.
- Participação dos encontros de capacitação promovidos pelo COFEN.
- Divulgação do selo de qualidade para a Enfermagem Paraibana em parceria com o COFEN. A honraria tem o objetivo de



PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS/INICIATIVAS

Projeto COREN Móvel

O projeto do Coren móvel consiste na presença de um veículo equipado com funcionários capacitados para auxiliar na área de fiscalização e atendimento aos profissionais de enfermagem, principalmente em seus locais de trabalho e interior do Estado.

Semana da Enfermagem no Estado da Paraíba

O Decreto nº 48.202/60 instituiu a “Semana da Enfermagem”, a ser celebrada, de 12 a 20 de maio, datas nas quais ocorreram, respectivamente, em 1820 e 1880, o nascimento de Florence Nightingale e o falecimento de Ana Neri.

A semana da Enfermagem deve dar ampla divulgação às atividades da Enfermagem, bem como devem ser estudados os problemas de cuja solução possa resultar melhor prestação de serviço público.

Em 2018, a semana de enfermagem do COREN/PB teve como tema: “Construindo uma educação global para a enfermagem”. Foram realizados cursos e palestras nas cidades polos do Estado da Paraíba enfatizando a ética e educação profissional.

Grupo de trabalho de saúde da mulher

Em 2018 foi criado o grupo de trabalho de saúde da mulher do COREN-PB, tendo em vista o crescente número de casos de sífilis no País. O COREN-PB juntamente com o Ministério Público Federal,

Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Conselho Regional de Medicina criaram estratégias de prevenção e tratamento da sífilis no Estado.

O projeto proporcionou aos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem condições de atualização e aprimoramento profissional sobre a administração de penicilina na Atenção Primária à Saúde, como estratégia para enfrentamento da sífilis no Estado da Paraíba.

Implementação de comissões de ética nas instituições hospitalares

A Resolução COFEN nº 593/2018 normatizou no âmbito dos Conselhos Regionais de Enfermagem, a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem nas Instituições de Saúde com serviço de Enfermagem.

As comissões de Ética de Enfermagem representam os Conselhos Regionais nas instituições onde existe serviço de enfermagem, com funções educativa, consultiva, e de conciliação, orientação e vigilância ao exercício ético e disciplinar dos profissionais de enfermagem.

Entendendo a importância da implementação dessas comissões nas instituições hospitalares, o COREN/PB tem auxiliado os profissionais com capacitações e orientações acerca do procedimento de criação das comissões no Estado da Paraíba.

Projeto do Conselho Nacional de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça vem criando projetos e campanhas para promoção da conciliação no âmbito do poder judiciário. O COREN/PB foi um dos pioneiros no Estado da Paraíba a participar das audiências de composição.

Além das audiências dos processos em curso, o COREN/PB apresentou o projeto conciliar que estimula o protocolo de Reclamações Pré-



Processuais, visando reduzir o quantitativo de processos de processos executivos e os custos para o Conselho.

Comitê Permanente de Monitoramento das Instituições de Longa permanência para idosos (Ilpis)

O COREN/PB assinou termo de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual através da promotoria do idoso, conselhos de profissão, entes de proteção aos idosos, como medida de eficiência e obtenção de resultados maiores das fiscalizações dessas instituições.

Reuniões de entrega de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) aos profissionais de Enfermagem

A Resolução COFEN nº 509/2016 é a norma técnica para anotação de responsabilidade técnica pelo serviço de enfermagem e define as atribuições do enfermeiro responsável técnico.

A CRT é documento emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem, pelo qual se materializa o ato administrativo de concessão de Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem. O COREN/PB implementou reuniões de entregas do documento, como estratégia de esclarecer a responsabilidade que o profissional Enfermeiro detém no planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços de Enfermagem.



RESULTADOS DOS PRINCIPAIS DEPARTAMENTOS/SETORES DO COREN-PB

PROCURADORIA

É o órgão técnico responsável por prestar assessoramento jurídico, representar o COREN-PB na esfera judicial e realizar o controle interno da legalidade dos atos da administração.

A Procuradoria possui a seguinte composição funcional:

Procuradora. Dra. Alanna Gomes Oliveira Gonçalves

Adv. Dra. Ana Raquel Regina Evelina Limeira Braz

Adv. Dra. Elke Ticiano de Araújo Carneiro

Administrativo: Osiel Ascendino da Silva (a partir de Setembro)

Estagiários de Direito: Bárbara Lima Sales (até outubro de 2018),

Vitória de Paula Pinhatar (a partir de junho de 2018), Talita Dantas

Leite Gomes (a partir de junho de 2018) e Clarissa Santos de Oliveira

Cassiano.

Estagiária de Arquivologia: Daniela Pereira dos Santos (até agosto de 2018).

No ano de 2018 a Procuradoria prestou assessoria jurídica a todos os departamentos/setores do órgão, realizou atendimento acerca do exercício profissional e de processos judiciais em tramitação no Conselho direcionados ao público externo. Além disso, prestou assessoria a gestão através de recomendações e pareceres jurídicos.

Em se tratando de justiça fiscal, é importante destacar que inúmeros processos administrativos foram analisados para ajustes na fundamentação legal do termo de inscrição em dívida ativa.

Segue as atividades realizadas pela procuradoria no exercício 2018 na atuação administrativa e judicial:

ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

Ofícios expedidos	20
Pareceres Jurídicos	107
Memorandos encaminhados	371

Os ofícios são direcionados a diversos órgãos, Ministério Público, Poder Judiciário entre outros. Os pareceres se referem a análise de processos licitatórios, bem como de consultas formuladas pelo público externo e interno.

ATUAÇÃO JUDICIAL

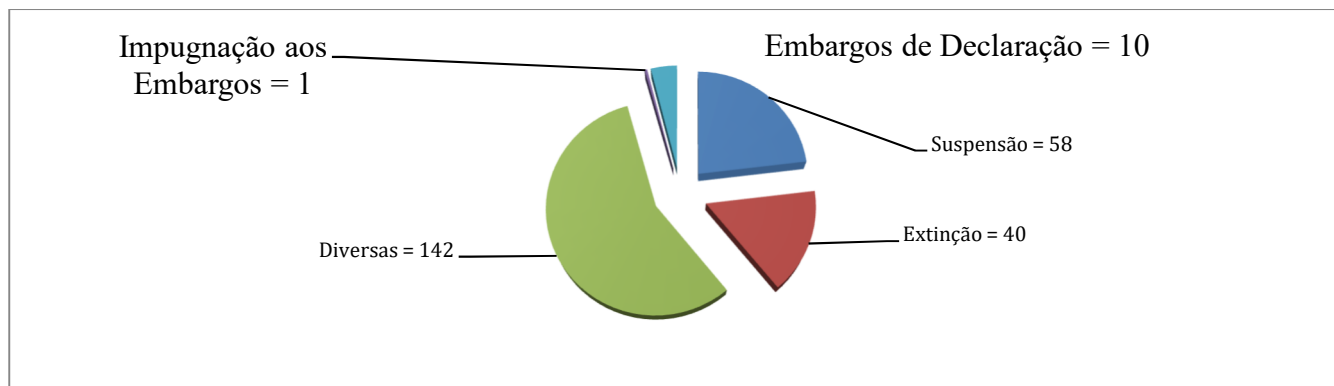
No ano de 2018 a Procuradoria ajuizou 2.117 (dois mil, cento e dezessete) processos de execução fiscal no Estado da Paraíba e realizou aproximadamente 1.300 (mil e trezentos) audiências referentes aos processos executivos e processos administrativos de fiscalização.

Foram protocoladas aproximadamente 4.200 (quatro mil e duzentas) petições referentes aos processos de execução fiscal pela Procuradoria do COREN/PB. Segue abaixo o quantitativo distribuído mensalmente:

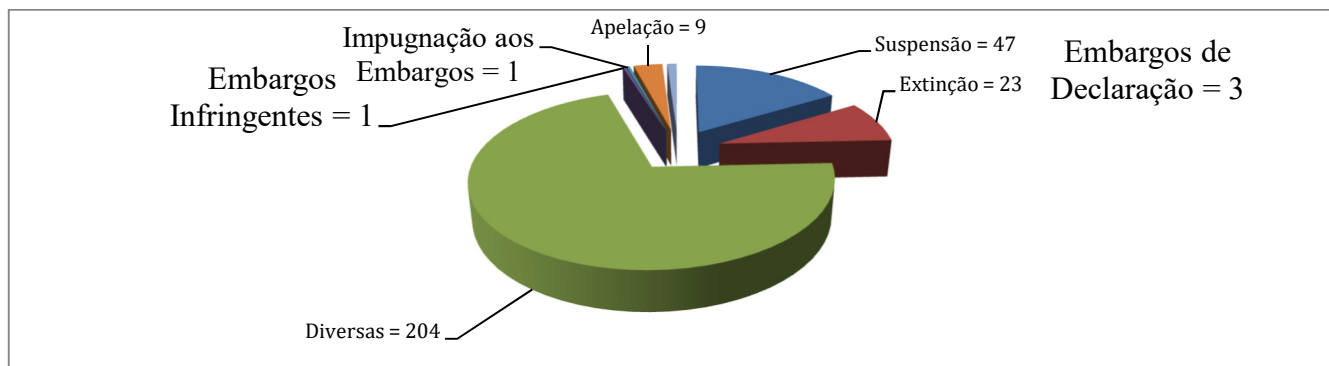


Gráficos

Janeiro = 251

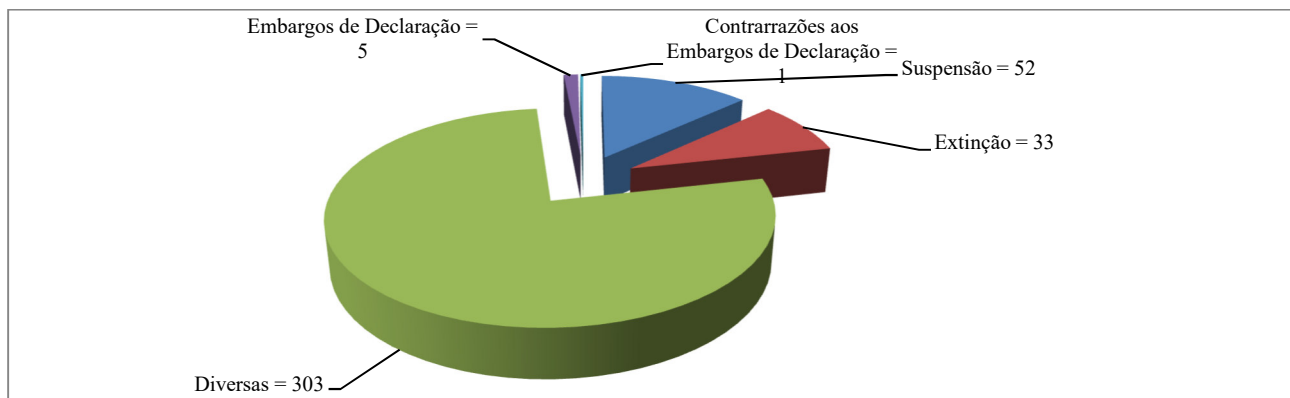


➤ **Fevereiro = 288**

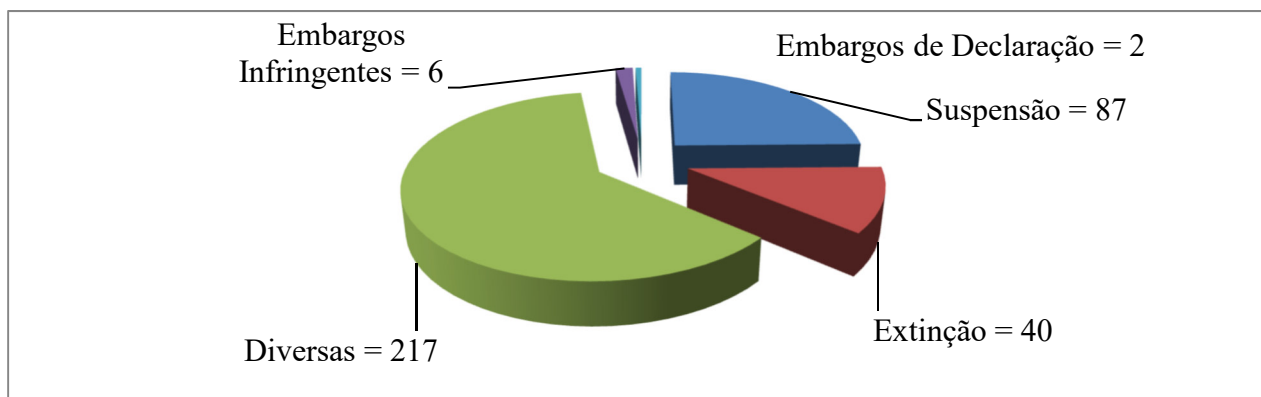




➤ **Março = 394**

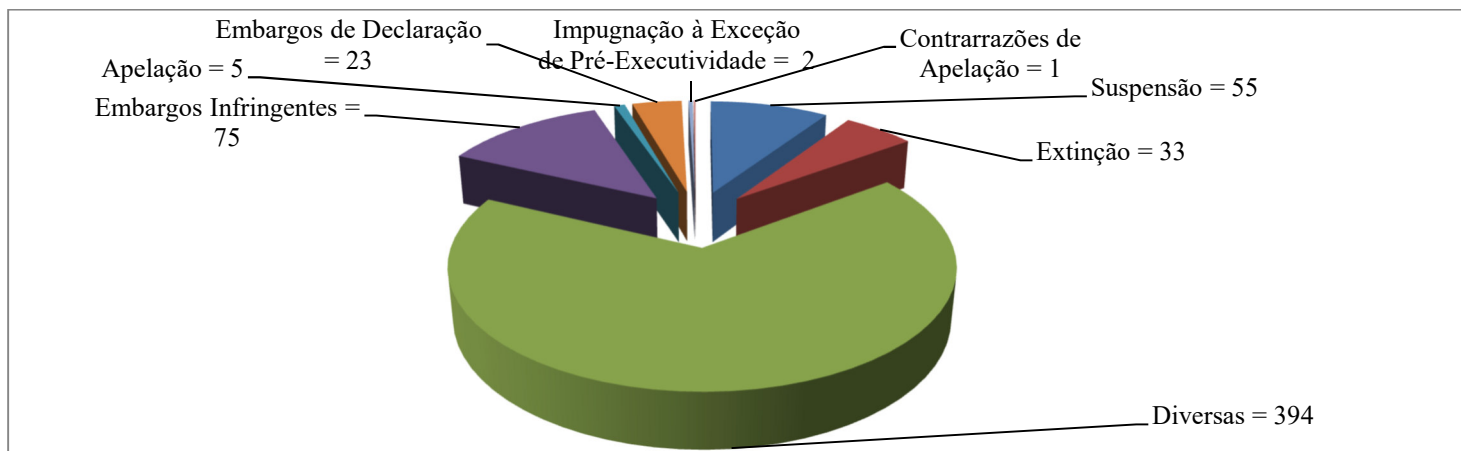


➤ **Abril = 352**

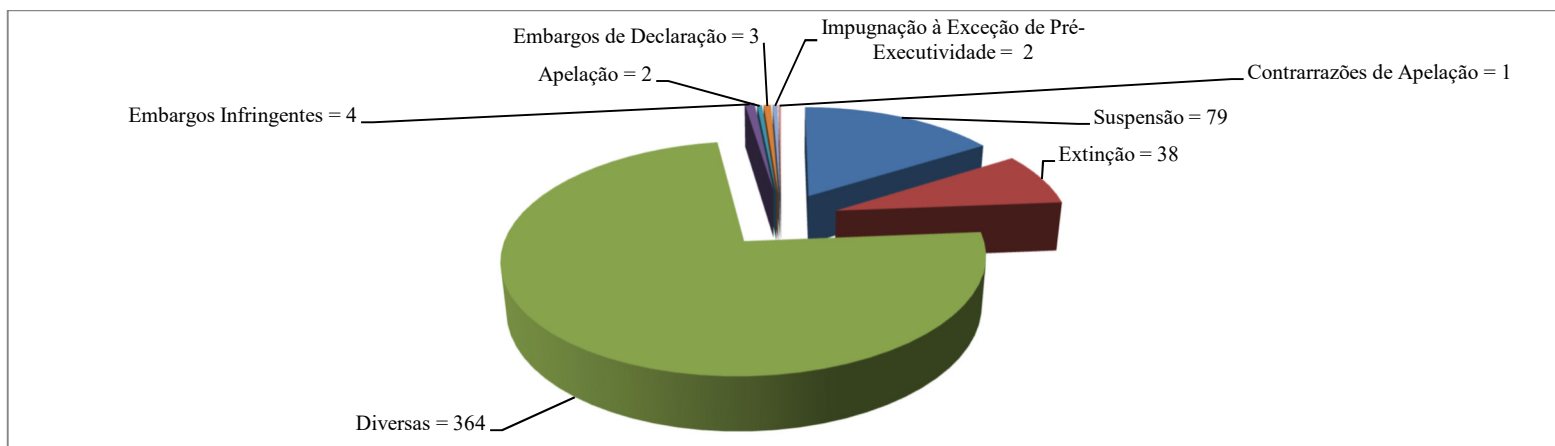




➤ Maio = 588

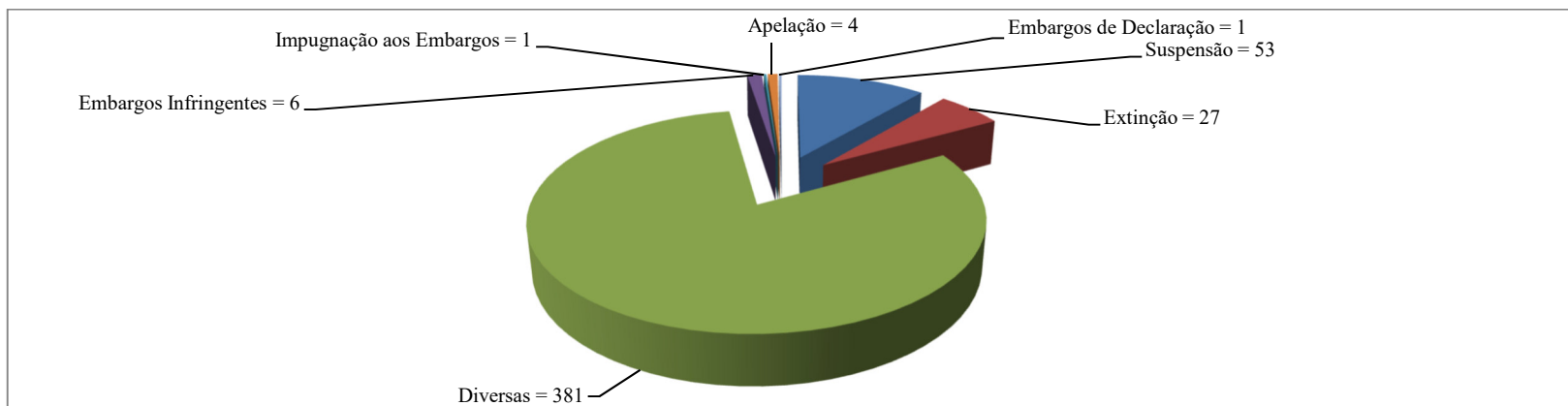


➤ Junho = 493

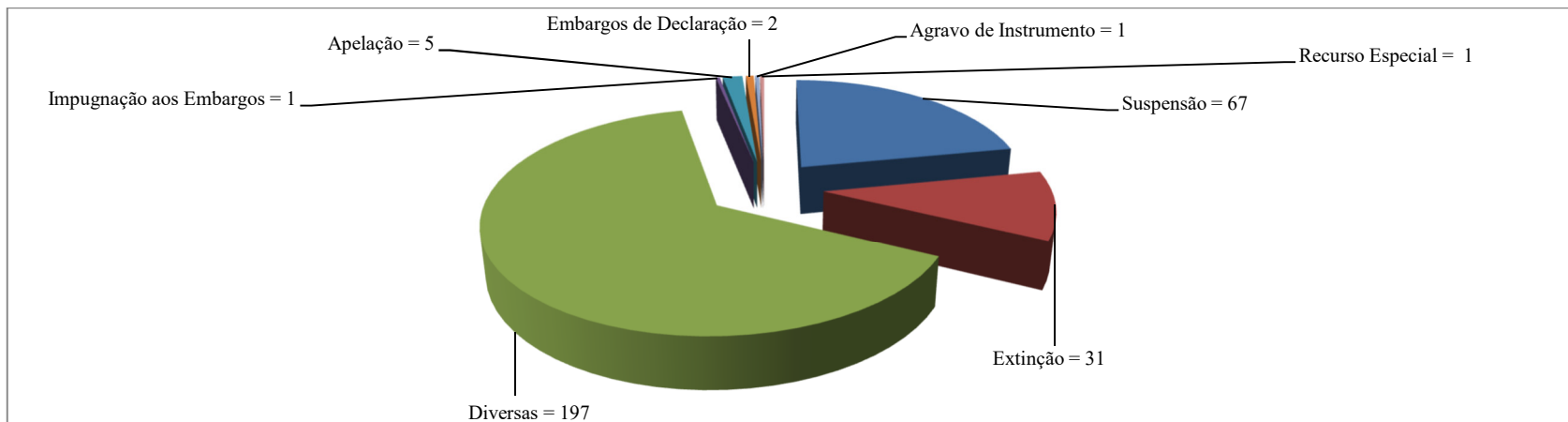




➤ **Julho = 473**

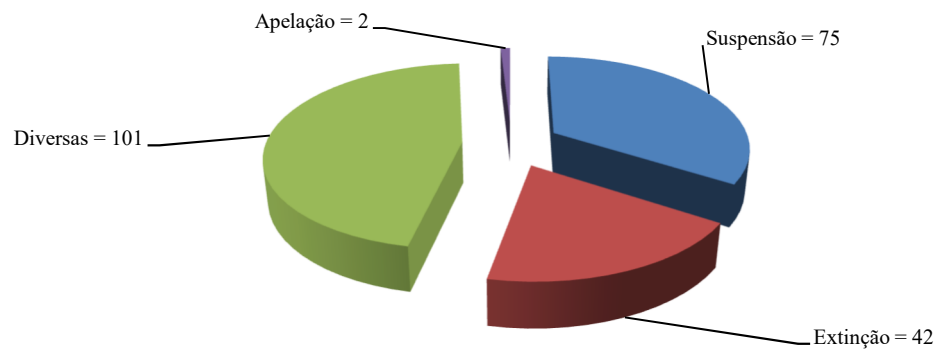


➤ **Agosto = 305**

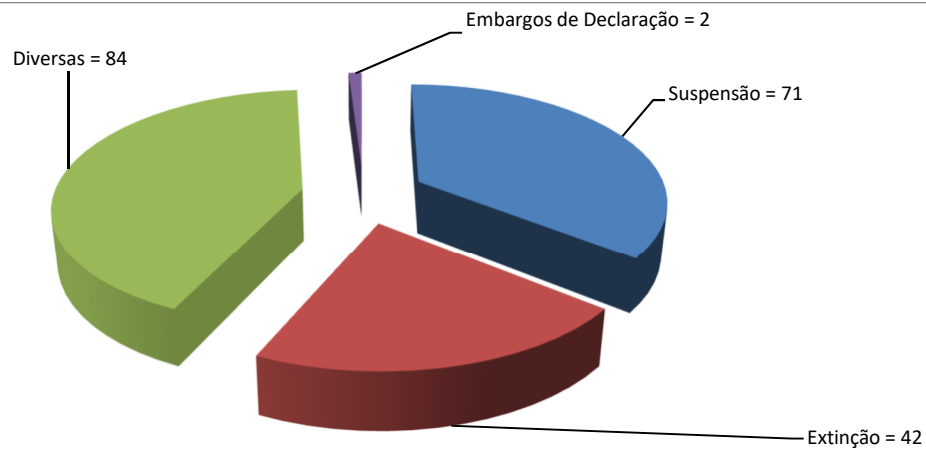




➤ **Setembro = 220**

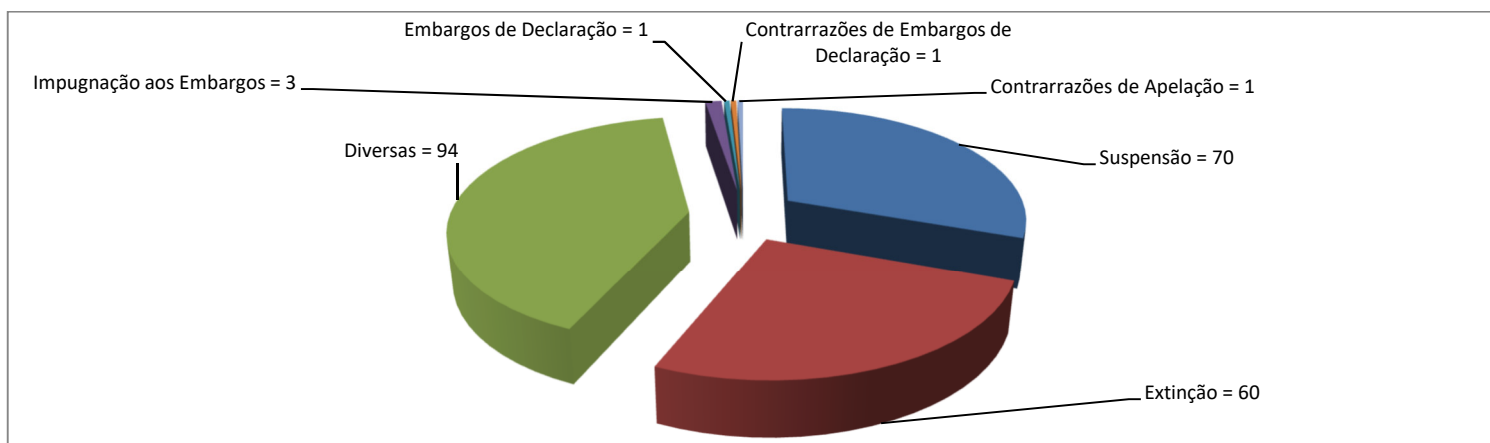


➤ **Outubro = 199**

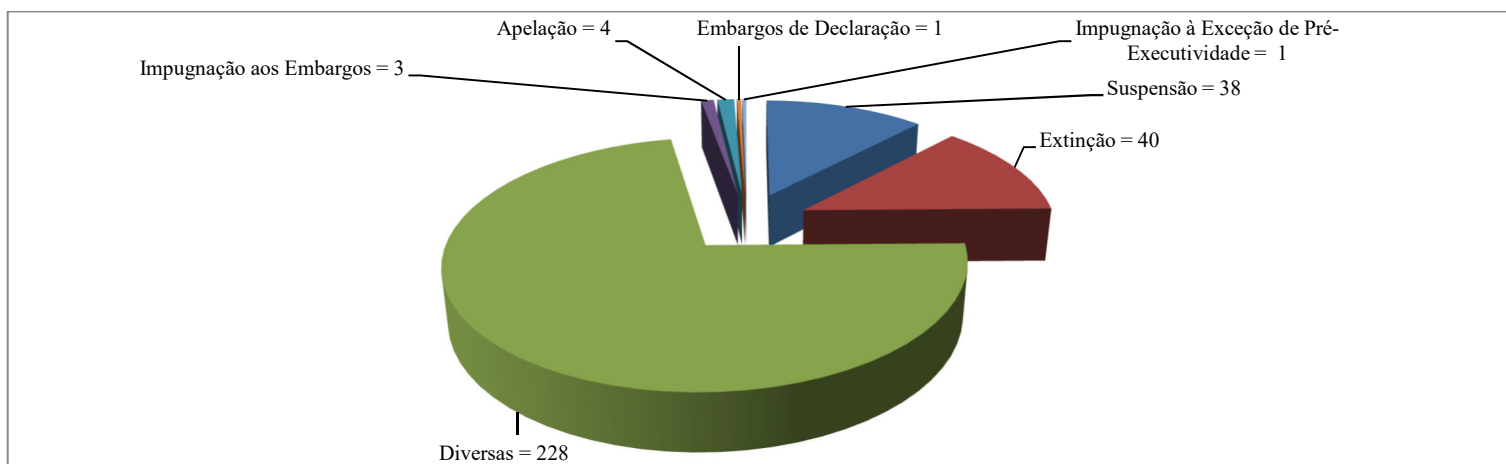




➤ **Novembro = 230**

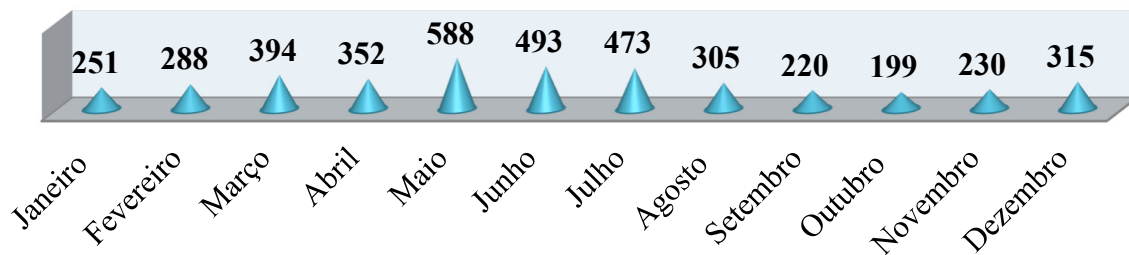


➤ **Dezembro = 315**





Quantitativo de petições mês a mês de 2018





FISCALIZAÇÃO

É o órgão técnico responsável por fiscalizar o exercício profissional dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem do Estado da Paraíba.

O Departamento de Fiscalização possui a seguinte composição funcional:

Graziela Pontes Ribeiro Cahú – Gerente da Fiscalização
Ana Lúcia Freire de Jesus – Fiscal
José Glauber Nogueira de Galiza - Fiscal
Silvia Niedja de Sousa Farias – Fiscal a partir de 03/09/2018
Jardson Gonçalves da Silva – Agente Administrativo

ATUAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

O Estado da Paraíba possui 4.117 instituições fiscalizáveis no Estado da Paraíba. O processo de trabalho do departamento de fiscalização no ano de 2018 foi distribuído da seguinte forma:

Instituições fiscalizadas no interior	218 (duzentos e dezoito)
Instituições planejadas	146 (cento e quarenta e seis)
Instituições fiscalizadas	295 (duzentos e noventa e cinco)

Instituições fiscalizadas na região metropolitana	77 (setenta e sete)
Municípios fiscalizados	66 (sessenta e seis)
Fiscalizações realizadas	320 (trezentos e vinte)
Das fiscalizações realizadas, quantas foram rotina:	185 (cento e oitenta e cinco)
Das fiscalizações realizadas, quantas foram retorno:	135 (cento e trinta e cinco)
Vitorias realizadas para cumprir o número de instituições fiscalizadas	320 (trezentos e vinte)
Relatórios de fiscalização elaborados	308 (trezentos e oito)
Denúncias de fiscalização recebidas	150 (cento e cinquenta) ²

² Foi recebido pela fiscalização 150 denúncias, porém 93 possuía o número de requisitos para ser apurada. Também ocorreu devoluções de denúncias que pertenciam ao Departamento de processo ético.



Denúncias de fiscalização apuradas	93 (noventa e três)	Pareceres emitidos pelo Departamento	03 (três)
Demandas de outros órgãos atendidas	81 (oitenta e um)	E-mails respondidos pela fiscalização	140 (cento e quarenta)
Reuniões realizadas por fiscal	48 (quarenta e oito)	Processos de fiscalização autuados	182 (cento e oitenta e dois)
Profissionais de enfermagem abrangidos pela fiscalização	7.854 (sete mil oitocentos e cinquenta e quatro)	Total de notificações emitidas	355 (trezentos e cinquenta e cinco)
Público atendido pelo Departamento para orientações	93 (noventa e três)	Total de termos de diligência emitidos	01 (um)
Demandas de outros órgãos atendidas	81 (oitenta e um)	Total de autos de infração lavrados	37 (trinta e sete)
Reuniões realizadas por fiscal	48 (quarenta e oito)	Processos de fiscalização concluídos, encaminhados a outras instâncias ou arquivados	357 (trezentos e cinquenta e sete)



CONTROLADORIA GERAL

É o órgão técnico responsável por exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, administrativo, operacional e patrimonial do COREN-PB.

A controladoria possui a seguinte composição funcional:

José Ronyere de Freitas Lima

Controlador Geral

A Controladoria Geral constitui-se num departamento estratégico de grande importância para a administração da entidade, considerando que por meio dele é possível conhecer a eficácia com que estão sendo aplicados os recursos públicos, além de contribuir para o êxito da administração como um todo.

Destaca-se a seguir as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2018 pelo Controle interno do COREN-PB:

- Análise da Prestação de Contas de 2017
- Análise da Proposta Orçamentária
- Análise prestação de contas trimestral
- Análise e acompanhamento do cronograma de desembolso
- Emissão de Comunicados
- Padronização de Procedimentos
- Orientação aos gestores

- Confecção do Plano de Atividades para 2019
- Coordenação das atividades
- Acompanhamento do Portal de Acesso à Informação
- Análise mensal e trimestral despesa
- Análise mensal e trimestral despesa
- Acompanhamento cota parte COFEN

Além dessas atividades, o controle interno realizou análises por amostragem antes dos pagamentos das seguintes despesas:

- Conta de energia elétrica (ENERGISA);
- Contas de telefonia (Oi Telemar)
- Diárias (Conselheiros);
- Diárias (Colaboradores)
- Diárias (Funcionários);
- JETONS;
- Auxílios Representação (Conselheiros);
- Auxílios Representação (Colaboradores);
- Folha de pagamento por amostragem demonstrando se há ou não conformidade com os requisitos estabelecidos em normas vigentes e dos respectivos impostos (IR/PIS/INSS/FGTS) dos meses de Janeiro a Dezembro/2018;
- Décimo terceiro Salário 2018



Ademais, como medida preventiva e corretiva, a fim de evitar a ocorrência de falhas ou irregularidades no exercício de 2018 e corrigir as falhas detectadas, o controle interno:

- Realizou negociação juntamente a da Caixa Econômica Federal, para isenção do pagamento do registro dos boletos antes cobrado o valor de R\$ 2,03, no qual obtivemos com êxito tarifa R\$ 0,00 para os boletos com registros.
- Analisou o percentual de aumento dos funcionários
- Emitiu nota de análise sobre as prestações de contas trimestrais (1º, 2º, 3º e 4º trimestres).
- Apresentou manifestação acerca da prestação de contas anual 2017
- Elaborou e envio do relatório de gestão 2017 ao TCU.
- Preparou o parecer da prestação de contas referente a devolução do convenio PLATEC ao Cofen
- Emitiu pareceres diversos
- Encaminhou 86 memorandos internos e 02 memorandos circulares para departamentos e presidência;
- Acompanhou o portal da transparência
- Análise da bolsa estágios, supervisionando nas suas contratações e pagamentos mensais das respectivas bolsas;
- Nota de análise dos pagamentos dos contratos
- Conferência e acompanhamento do repasse da cota parte do COFEN
- Realizou o acompanhamento da arrecadação da receita e execução da despesa referente ao exercício de 2018.
- Apoio na elaboração do orçamento programa de 2019
- Acompanhamento no cronograma de desembolso
- Realização de estudo conjunto com a equipe financeira do COFEN para melhoria dos fluxos financeiros e criação de processos administrativos de pagamentos
- Suporte quando necessário a auditoria de gestão realizada pelos auditores do COFEN no COREN/PB no período de 03 a 07 de dezembro de 2018.



Departamento de Registro e Cadastro

É o departamento responsável por pelos procedimentos administrativos dos profissionais de enfermagem referente à inscrição definitiva, inscrição remida, transferência, cancelamento de inscrição, segunda via de carteira, renovação de carteira.

O departamento possui a seguinte composição funcional:

Adriana Régia Matos Albuquerque de Andrade

Antonyone Barros de Lima

Maria de Fátima Marcena da Costa

Segue colacionado abaixo o quantitativo de atividades realizadas no ano de 2018:

ENFERMEIRO DEFINITIVO	1276
ENFERMEIRO SECUNDÁRIO	91
ENFERMEIRO REMIDO	04
TÉCNICO DE ENFERMAGEM DEFINITIVO	1824
TÉCNICO DE ENFERMAGEM SECUNDÁRIO	71
TÉCNICO DE ENFERMAGEM REMIDO	2

AUXILIAR DE ENFERMAGEM DEFINITIVO	17
AUXILIAR DE ENFERMAGEM SECUNDÁRIO	0
AUXILIAR DE ENFERMAGEM REMIDO	2
ATENDETE DE ENFERMAGEM- Revalidação	2
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	1313
OFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDOS	553
2ª VIA DE CARTEIRA- Q I, II, III	213
2ª VIA DE REGISTRO DE DIPLOMA	03
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA	180
RENOVAÇÃO DE CARTEIRA-Q I, QII,QIII	4.075
INSCRIÇÃO DE ESPECIALISTA - Q I, Q II,	203
INSCRIÇÃO DE MESTRADO	11
INSCRIÇÃO DE DOUTORADO	02
AVERBAÇÃO DE ESTADO CIVIL	15
REGISTRO DE EMPRESA	12
REGISTRO DE CLÍNICA E CONSULTÓRIO	02
OBSTETRIZ	01
CARTEIRA DE FISCAL	01



Licitação, Contratos e Convênios

É responsável por operacionalizar, assessorar as licitações e contratos do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba.

O departamento possui a seguinte composição funcional:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Fabrcio Lourenço da Silva (Presidente CPL)

Michelle Batista de Andrade (Membro CPL)

Sebastião Josélio de Araújo Leite (Membro CPL)

COMISSÃO DE PREGÃO

Fabrcio Lourenço da Silva (Pregoeiro)

Michelle Batista de Andrade (Equipe de apoio)

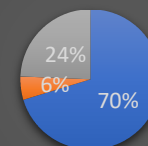
Adjone de Oliveira Gomes (Equipe de apoio e Pregoeiro substituto)

Compõe também o departamento de licitação a agente administrativa Marciana Batista Confessor.

CONTROLE E RESULTADOS DAS LICITAÇÕES

Foram autuados 37 (trinta e sete) processos no ano de 2018, dos quais 26 (vinte e seis) foram devidamente concluídos, 02 (dois) cancelados, por entender a administração não ser mais necessário ou por conclusão de procedimento semelhante, e por fim, 09 (nove) processos que ainda estão em fase de conclusão.

PROCESSOS DE LICITAÇÃO EM 2018



■ CONCLUÍDOS ■ CANCELADOS ■ EM CONCLUSÃO

Dentre os procedimentos de compra, foram realizados 13 (treze) sessões de pregão eletrônico para contratação de empresa ou aquisições de materiais.

Segue relação dos pregões realizados em 2018, dispendo do objeto, empresa e evidenciando a economia gerada nesta modalidade de licitação:



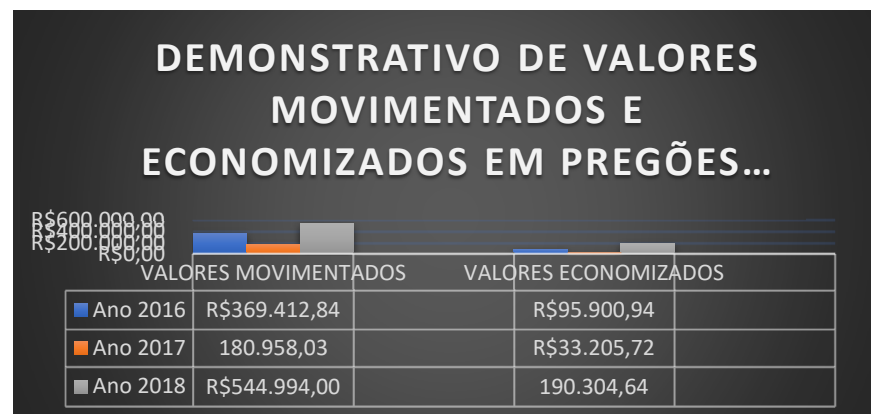
Nº	OBJETO	EMPRESA	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	VALOR ECONOMIZADO
01	AGENCIAMENTO DE PASSAGEM AÉREA	DF TURISMO E EVENTOS	R\$ 133.588,50	R\$ 130.000,00 (total)	R\$ 3.588,50
02	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	FRACASSADO	---	---	---
03	SEMANA DA ENFERMAGEM	GYN BRASIL	R\$111.879,66	R\$71.250,00	R\$ 40.629,66
04	SOFTWARE DE CONTABILIDADE AMOLOXARIFAD	PUBLICISOFT	R\$ 18.200,00	R\$ 13.500,00 (anual)	R\$ 4.700,00
05	GRÁFICA	J M DA SILVA GRÁFICA ME	R\$ 53.700,00	R\$ 28.784,90	R\$ 24.915,10
		NATALIA PRISCILA ME	R\$ 73.940,00	R\$ 16.940,00	R\$ 57.000,00
		RDS GRÁFICA E EDITORA LTDA	R\$ 101.242,00	R\$ 77.300,00	R\$ 23.942,00
06	ÁGUA MINERAL	ESPERANÇA	R\$ 3.575,00	R\$ 3.250,00	R\$ 325,00
07	CARIMBOS E CRACHÁS	MARCIC	R\$ 3.148,52	R\$ 1.842,40	R\$ 1.306,12
08	MATERIAL DE CONSUMO	COMPRA CERTA	R\$13.358,50	R\$ 11.524,45	R\$ 1.834,00
		HC COMÉRCIO DE PAPELARIA	R\$35.826,35	R\$ 33.986,90	R\$ 1.839,45
09	AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS	FRACASSADO	---	---	---
10	SEMINÁRIO ADMINISTRATIVO	GYN BRASIL	R\$ 46.594,00	R\$ 23.371,40	R\$ 23.223,00
11	AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS	FERNANDES TI	R\$ 96.830,81	R\$ 96.599,95	R\$ 230,86
12	MATERIAL DE LIMPEZA		R\$ 19.944,95	R\$ 13.144,00	R\$ 6.800,95
13	MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	J. ATAIDE ALVES EIRELI	R\$ 53.700,00	R\$ 23.500,00	R\$ 30.200,00
14	AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS	A REALIZAR	---	---	---



Considerando os preços médios de mercado, registrados durante os processos administrativos, calcula-se uma economia acumulada de aproximadamente **R\$ 190.304,64 (cento e noventa mil trezentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**, com a realização dos pregões.

Considerando os números apresentados e realizando um comparativo com os últimos dois exercícios financeiros, percebemos uma evolução com o aumento do número de licitações na modalidade pregão, preferível pelos órgãos de controle externo, e consequentemente no valor economizado.

No tocante aos valores movimentados e economizados com os pregões realizados, temos o seguinte:



Esse é um dado importante no qual pôde se vislumbrar o quanto que o regional economizou com a realização dos pregões, que em comparação com os dois últimos exercícios, revela a vantajosidade de tal modalidade.

Além do pregão em sua forma eletrônica, esta comissão em virtude da impossibilidade de concorrência ou em virtude do valor e natureza da contratação, realizou outras aquisições e contratações por meio de procedimentos que tiveram a licitação dispensada ou inexigível.

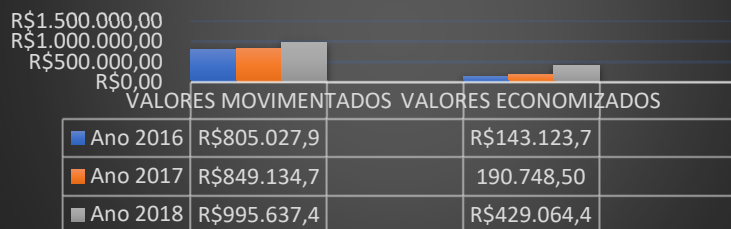
O somatório de todos os procedimentos licitatórios, sejam por dispensa, inexigibilidade ou pregão, demonstraram também uma evolução nos quantitativos movimentados e economizados. A título de informação, segue gráfico demonstrativo:

qualquer instituição tanto de ensino como de saúde, além de organizar e prestar apoio no momento do julgamento ético profissional.





DEMONSTRATIVO DE VALORES MOVIMENTADOS E ECONOMIZADOS PELA CPL



DEPARTAMENTO DE PROCESSO ÉTICO

O Departamento de Processo Ético do COREN-PB tem como objetivo funções educativas, consultivas ético-profissional, assessoramento nas questões éticas, orientação aos profissionais de enfermagem com vistas à implantação, treinamento e apoio das Comissões de Ética de enfermagem nas instituições de saúde conforme Resolução COFEN 593/2018, análise e apuração de denúncias, colaborar com a Presidente nos trabalhos atribuídos a acompanhando sempre que necessário, realizar as convocações dos denunciados e denunciantes, bem como das testemunhas, orientar, acompanhar e prestar apoio a Comissão de Instrução no que diz respeito à instrução processual de acordo com Resolução COFEN 370/2010. para que haja seu efetivo cumprimento, ministrar palestras

acerca do Código de Ética Resolução COFEN 567/2017 quando solicitado por

TABELA DE ACOMPANHAMENTO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS NO ANO DE 2018

Denúncias atuadas	Denúncias Conciliadas e/ou aplicado TAC	Denúncias tramitando	Processos de denúncias arquivados	Processos Éticos Instaurados	Processos Éticos julgados
91	18	30	16	27	15



CAPÍTULO 5 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (FONTE: CONTADORIA DO COREN/PB)

5.1	Demonstração da Receita	
	2017 (R\$)	2018 (R\$)
a) Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.).	-	-
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS FÍSICAS	4.076.488,01	4.136.893,69
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS	-	-
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-	-
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	655.416,17	396.584,36
RECEITAS DE SERVIÇOS	831.580,22	820.849,86
TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	-	-
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE ANUIDADE DE P. FÍSICA.	516.201,75	515.267,76
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE DE PESSOA JURÍDICA.	-	-
INDENIZAÇÕES e RESTITUIÇÕES	-	-
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	1.336.617,71	1.262.558,22
RECEITAS DIVERSAS (ESPECIFICAR)	12.339,77	28.778,47
	-	-
b) Previsão e arrecadação por natureza, justificando eventuais oscilações significativas.	Previsão	Arrecadação
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS FÍSICAS	3.767.449,00	4.136.893,69
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS	-	-
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-	-
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	365.069,00	396.584,36
JUROS E MULTAS SOBRE EMPRÉSTIMOS	-	-
RECEITAS DE SERVIÇOS	332.327,00	820.849,86
TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	500,00	-
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE ANUIDADE DE P. FÍSICA.	549.236,00	515.267,76
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE DE PESSOA JURÍDICA.	-	-
INDENIZAÇÕES e RESTITUIÇÕES	357.919,00	-
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	1.371.000,00	1.262.558,22
RECEITAS DIVERSAS (ESPECIFICAR)	26.000,00	28.778,47
RECEITAS DE CAPITAL	64.000,00	-
c) Forma de partilha da receita entre as unidades central, regionais ou estaduais, caso o montante apresentado refira-se ao total arrecadado pela entidade de fiscalização do exercício profissional.	2017	2018
Receita Total Arrecadada	7.428.643,63	7.160.932,36



5.2		Demonstração e análise do desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira.			
		5.2.1 – Programação			
		QUADRO A.4.2.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS			
Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		3.201.673,00		3.566.517,00	
CRÉDITOS	SUPLEMENTARES		101.299,50		5.007.400,50
	ESPECIAIS	ABERTOS			
		REABERTOS			
	EXTRAORDINARIOS	ABERTOS			
		REABERTOS			
	CRÉDITOS CANCELADOS				
OUTRAS OPERAÇÕES					
DOTAÇÃO FINAL 2018 (A)		3.302.972,50		8.573.917,50	
DOTAÇÃO FINAL 2017 (B)		3.360.856,00		3.757.120,00	
Variação (B/A-1) *100		-1,72		-56,18	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			
		04 – Investimentos	05 - Inversões financeiras	06 - Amortização da dívida	09 - Reserva de contingência
DOTAÇÃO INICIAL		65.260,00	50,00		
CRÉDITOS	SUPLEMENTARES		391.000,00		
	ESPECIAIS	ABERTOS			
		REABERTOS			
	EXTRAORDINARIOS	ABERTOS			
		REABERTOS			
	CRÉDITOS CANCELADOS				
OUTRAS OPERAÇÕES					
DOTAÇÃO FINAL 2018 (A)		456.560,00	50,00	0,00	
DOTAÇÃO FINAL 2017 (B)		5.045.000,00	1.000,00	20,00	
Variação (A/B-1) *100		1.005,00	1.900,00	0	
Receita Total Compartilhada				-	-
Valor da Cota Parte ao Federal 25%				1.683.488,64	1.683.196,51
Valor da Cota Parte ao Federal 25% (repassado)				-	-

Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba arrecadou no exercício de 2018 o montante de **R\$ 7.160.932,36** que corresponde a **4,79%** da proposta orçamentária que foi de **6.833.500,00**.



5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
TOTAL								

0

COREN-PB realizou no exercício de 2018 o valor de R\$ 11.042.899,46 que perfaz 89,54% da proposta orçamentária gerando assim uma economia de orçamento.



Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela entidade.

Quocientes do Balanço Orçamentário
R\$

a) Quociente de Execução da Receita	$\frac{7.160.932,36}{6.833.500,00}$	1,05
b) Quociente do Equilíbrio Orçamentário	$\frac{6.833.500,00}{6.833.500,00}$	1,00
c) Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais:	$\frac{-}{-}$	N/A
d) Quociente da Execução da Despesa	$\frac{11.042.899,46}{12.333.500,00}$	0,90
e) Quociente do Resultado Orçamentário	$\frac{7.160.932,36}{11.042.899,46}$	0,65

Apreciando os cálculos acima, sendo que para cada R\$ 1,00 de Receita Patrimonial Prevista, ocorreu a arrecadação de R\$ 1,05 em 2018. Conclui-se que o regional está em sua normalidade com um excesso de arrecadação. Demonstrando também nos demais índices o cumprimento dos princípios orçamentários elencados nos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública (MCASP).

Quocientes do Balanço Financeiro

	R\$	
a) Quociente da Execução Orçamentária:	$\frac{7.160.932,36}{11.042.899,46}$	0,65
b) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	$\frac{7.160.932,36}{10.589.302,78}$	0,68
c) Quociente da Execução Orçamentária Corrente	$\frac{7.160.932,36}{10.929.098,46}$	0,66
d) Quociente da Execução Orçamentária de Capital	$\frac{0,00}{113.801,00}$	-
e) Quociente da Execução Extra Orçamentária	$\frac{667.856,67}{673.574,21}$	0,99
f) Quociente do Resultado da Execução Financeira	$\frac{7.828.789,03}{11.716.473,67}$	0,67
g) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	$\frac{6.351.223,93}{9.785.311,89}$	0,65

Considerando os índices obtidos acima, sendo que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente em 2018, existiu a arrecadação entre R\$ 0,65 a R\$ 0,68, denotando uma insuficiência de arrecadação que foi coberta com a abertura de créditos suplementares de 5.500.000,00 com a fonte de recursos de Superávit financeiro, recursos devolvidos do Platec do Cofen. Conclui-se que o regional está em sua normalidade em relação a sua saúde financeira, tendo assim um superávit na execução orçamentária. Demonstrando também nos demais índices o cumprimento dos princípios orçamentários elencados nos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública (MCASP).



Quocientes do Balanço Patrimonial

R\$

a) Quociente da Situação Financeira	$\frac{6.351.223,93}{52.241,84}$	1.211,64
b) Quociente da Situação Permanente	$\frac{11.120.734,27}{415,00}$	26.796,95
c) Quociente do Endividamento Geral (EG)	$\frac{248.969,88}{17.471.958,20}$	0,01
d) Quociente da Composição do Endividamento (CE)	$\frac{248.969,88}{248.969,88}$	1,00
e) Quociente do Dispendio da Dívida	$\frac{0,00}{0,00}$	N/A
f) Quociente do Resultado Patrimonial	$\frac{17.471.958,20}{248.969,88}$	70,18

Analisando os índices obtidos acima, sendo que para cada R\$ 1,00 de passivo financeiro (dívida de curto prazo) em 2018, o COREN-PB tem em disponibilidade R\$ 1.211,64 ao final de 2018. Conclui-se que o regional está em sua normalidade em relação a sua saúde financeira, tendo assim um superávit na execução financeira. Demonstrando também nos demais índices o cumprimento dos princípios orçamentários elencados nos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública (MCASP).

Análise Vertical das Receitas 2018

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	Previsão	AV%	Arrecadação	AV%
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS FÍSICAS	3.767.449,00	55,13	4.136.893,69	57,77
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS	-	-	-	-
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	365.069,00	5,34	396.584,36	5,54
JUROS E MULTAS SOBRE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
RECEITAS DE SERVIÇOS	332.327,00	4,86	820.849,86	11,46
TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	500,00	0,01	-	-
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE ANUIDADE DE PESSOA FÍSICA.	549.236,00	8,04	515.267,76	7,20
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE DE PESSOA JURÍDICA.	-	-	-	-
INDENIZAÇÕES e RESTITUIÇÕES	357.919,00	5,24	-	-
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	1.371.000,00	20,06	1.262.558,22	17,63
RECEITAS DIVERSAS (ESPECIFICAR)	26.000,00	0,38	28.778,47	0,40
RECEITAS DE CAPITAL	64.000,00	0,94	-	-
	6.833.500,00	100	7.160.932,36	100



Análise Horizontal da Execução da Receita e da Despesa

RECEITA ARRECADADA	2018	AH%	2017	AH%
RECEITA CORRENTE	7.160.932,36	100%	7.428.643,63	-96,26
RECEITA DE CAPITAL	-	100%	-	-
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	7.160.932,36	100%	7.428.643,63	-96,26
	-	-	-	-
DESPESA EMPENHADA	2018	AH%	2017	AH%
DESPESA CORRENTE	10.929.098,46	100%	6.124.898,51	143,96
DESPESA DE CAPITAL	113.801,00	100%	73.980,00	134,99
TOTAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA	11.042.899,46	100%	6.198.878,51	143,87

Análise Vertical da Evolução da Situação Financeira

ATIVO	2018	AV%	2017	AV%
ATIVO FINANCEIRO	6.351.223,93	36,24	9.785.311,89	48,31
ATIVO PERMANENTE	11.120.734,27	63,46	10.432.909,18	51,50
TOTAL DO ATIVO	17.471.958,20	-	20.218.221,07	-
PASSIVO	2018	AV%	2017	AV%
PASSIVO FINANCEIRO	52.241,84	0,30	38.206,39	0,19
PASSIVO PERMANENTE	415,00	0,00	-	-
TOTAL DO PASSIVO	51.826,84	-	38.206,39	-
SALDO PATRIMONIAL	17.523.785,04	-	20.256.427,46	-

Análise Horizontal das Receitas 2018

Valores em R\$ 1,00				
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	Previsão	AH %	Arrecadação	AH%
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS FÍSICAS	3.767.449,00	-	4.136.893,69	9,81
CONTRIBUIÇÕES ANUIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS	-	-	-	-
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	365.069,00	-	396.584,36	8,63
JUROS E MULTAS SOBRE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
RECEITAS DE SERVIÇOS	332.327,00	-	820.849,86	147,00
TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	500,00	-	-	-
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE ANUIDADE DE PESSOA FÍSICA.	549.236,00	-	515.267,76	-6,18
MULTAS, JUROS E CORREÇÕES SOBRE DE PESSOA JURÍDICA.	-	-	-	-
INDENIZAÇÕES e RESTITUIÇÕES	357.919,00	-	-	-
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	1.371.000,00	-	1.262.558,22	-7,91
RECEITAS DIVERSAS (ESPECIFICAR)	26.000,00	-	28.778,47	10,69
RECEITAS DE CAPITAL	64.000,00	-	-	-
	6.833.500,00	-	7.160.932,36	4,79



GESTÃO DE PESSOAS

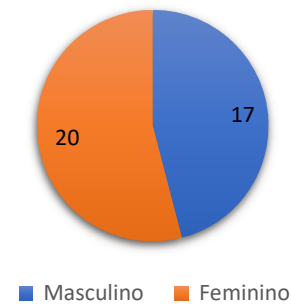
É o órgão operacional responsável por acompanhar e gerir as atividades referentes à área de Recursos Humanos dos empregados públicos do Coren/PB.

O Conselho apresenta a estrutura de pessoal, impactada diretamente no ano de 2018 com as convocações do Concurso Público. Quanto à distribuição da força de trabalho verifica-se a subdivisão abaixo, bem como a faixa etária dos empregados públicos.

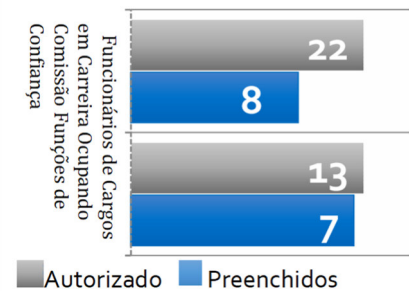
Em relação ao sexo, há preponderância em empregadas públicas do sexo feminino.

Segue informações acerca dos ocupantes de cargo de gestão, distribuição da lotação, total de afastamentos, tempo de serviço e desligamento por tipo de vínculo.

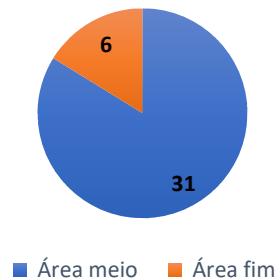
População por sexo



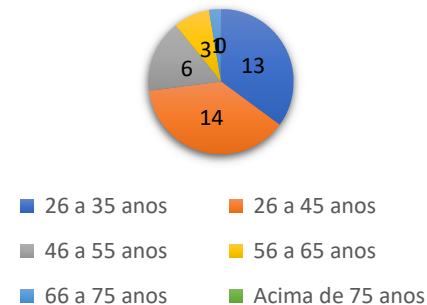
Ocupantes de cargos de Gestão



Contratação da força de trabalho área meio / área fim



População por faixa etária





CONTRATAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ÁREA MEIO / ÁREA FIM

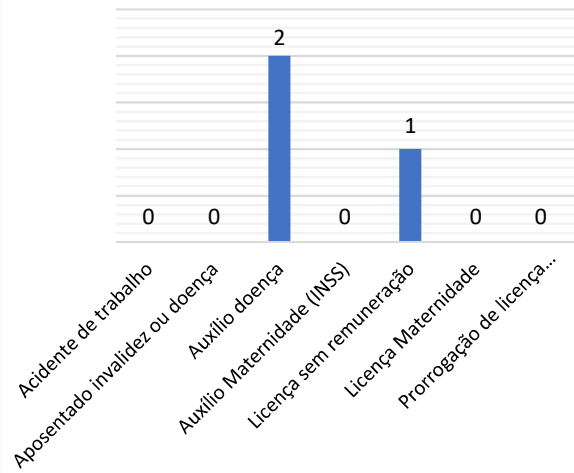
TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Funcionários em cargos efetivos	30	24	7	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Funcionários de carreira	30	30	7	0
1.2.1 Funcionários de carreira vinculada ao órgão	6	6	0	0
1.2.2 Funcionários de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Funcionários de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Funcionários requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5 Funcionários de carreira ocupantes de funções de confiança	8	8	0	0
2. Funcionários com contratos temporários	0	0	0	0
3. Funcionários ocupantes de cargos em comissão - livre provimento com contrato de trabalho	7	7	0	0
4. Total de servidores (DEZ/2018)	37	37	7	0

DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

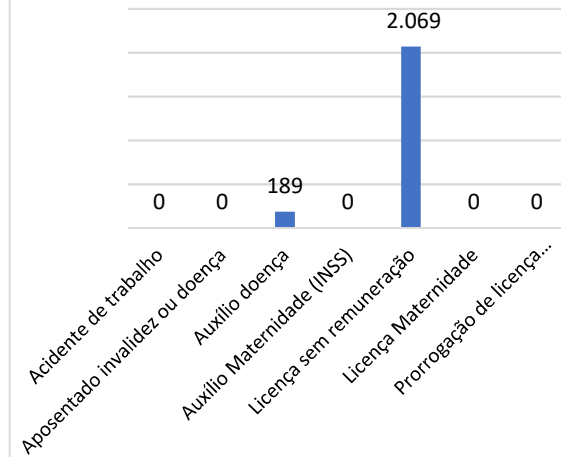
TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Funcionários de carreira	26	4
1.1. Funcionários de carreira	26	4
1.1.2 Funcionários de carreira vinculada ao órgão	1	3
1.1.3 Funcionários de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4 Funcionários de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5 Funcionários requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.6 Funcionários de carreira ocupantes de funções de confiança	6	2
2. Funcionários com contratos temporários	0	0
3. Funcionários sem vínculo com a Administração Pública (cargos em comissão - livre provimento com contrato de trabalho)	6	1
4. Total de Funcionários DEZ/2018 (1+2+3)	32	5
	?	?



TOTAL DE AFASTAMENTOS – ANO 2018

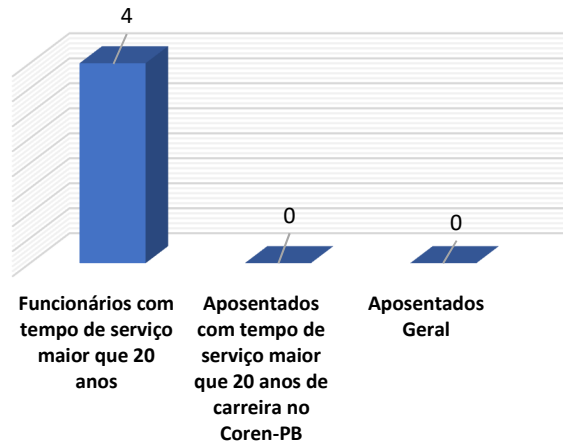


TOTAL DE DIAS DE AFASTAMENTO - 2018

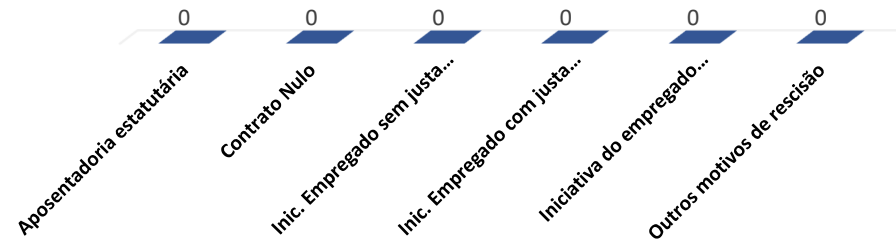




TEMPO DE SERVIÇO



TOTAL DE DESLIGAMENTO POR TIPO DE VÍNCULO



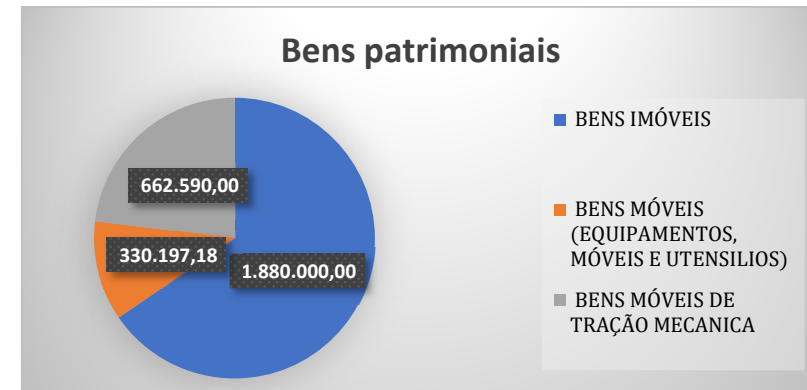


GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba está alinhado, dentre outros, aos seguintes normativos quanto à sua gestão patrimonial:

- Artigos 70 da Constituição Federal;
- Lei n 4.320/64;
- Lei Complementar nº 101/2000;
- Lei nº 8.429/1992;
- Decreto 9.373/2018
- Resolução Cofen 340/2008
- Resolução Cofen 592/2018

Cientes que a gestão patrimonial possibilita um planejamento orçamentário mais preciso, em conformidade com a Resolução Cofen 340/2008, constituem patrimônio das Autarquias do Sistema COFEN/COREN's os seus direitos, os seus bens móveis e imóveis e a renda proveniente do exercício das atividades de sua competência. Ressaltamos que a gestão patrimonial ainda envolve questões como a administração desse patrimônio, incluindo a sua aquisição, a destinação e a alienação, sempre com vistas a garantir a ascensão patrimonial. Segue os valores relacionados a gestão patrimonial do COREN/PB:





GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O COREN/PB segue em processo de reestruturação quanto a formulação de plano de segurança das informações, visando um modelo de governança para orientar, direcionar e organizar os projetos e ações relacionados direta e indiretamente com a Tecnologia da Informação. Atualmente o Conselho trabalha com o software interno de gerenciamento das informações juntamente com o suporte do Conselho Federal devido ao pequeno porte do COREN-PB.

GESTÃO DE CUSTOS

O COREN/PB não trabalha com distribuição de recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte, mas atuam com o custeio por absorção e elaboração orçamentária por centro de custos.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Através da utilização das licitações sustentáveis com vistas a promover o uso mais consciente dos recursos naturais.



DECLARAÇÃO DO CONTADOR



Nossas demonstrações financeiras consolidadas foram homologadas e aprovadas pela Plenaria Coren-PB em 25 de fevereiro de 2019 e referem-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2018; as notas correspondentes contidas neste relatório anual foram apresentadas em reais e preparadas em conformidades com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T SP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e demais legislações contábeis. Nossa moeda funcional é o real.

Nossas demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A apresentação das nossas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Nossos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações (em fase de implementação) sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de contabilização, na busca pela qualidade das nossas informações para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- ◆ Compatibilização dos saldos dos créditos inscritos no Contas a Receber e na Dívida Ativa.
- ◆ Ainda não foi finalizado o processo de mapeamento dos bens móveis do Conselho, podendo haver diferenças entre o registrado no sistema de bens e na contabilidade apresentam divergências bem como não foi possível a integração dos sistemas e a depreciação dos bens continuam com diferenças.
- ◆ O Sistema de Informações de Custos do Coren-PB, está na fase implantação para a geração de informações para subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público.

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa regidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério do Conselho, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

João Pessoa-PB, 31 de maio de 2019
Severino Wagner Cardozo da Silva
CRC-PB nº 8378/O-4 – Contador



CAPÍTULO 6 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Nossos equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista. Esses valores são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização e constam da nota explicativa 1.

CRÉDITOS DE ANUIDADES

Nossos créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do Conselho. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores. Dados mais específicos constam da nota explicativa 2.

ESTOQUES

Nossos estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente conforme consta em nota explicativa 3.

DIVIDA ATIVA EXECUTIVA

Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações, que se encontram em aberto até o exercício de 2017 e 2018 acrescidos de atualização monetária, multa e juros nota explicativa 4.



1.1 IMOBILIZADO

Nossos bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2017, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. Atendendo à NBCT SP 16.10, em 2017 os imóveis do Coren-PB foram reavaliados com base no Laudo Técnico elaborado pelos técnicos da empresa Delmiro Maia Neto Engenharia.

A depreciação dos bens móveis e imóveis ainda não foi iniciada, sendo estudado a determinação da vida útil e do valor residual de bens móveis com base na tabela FIPE para veículos e no Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Delmiro Maia Neto Engenharia referente aos bens imóveis.

Os bens móveis adquiridos e de propriedade poderão depreciados com base na estimativa de vida útil estabelecida na manual de patrimônio dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária. Maiores explicações estão na nota explicativa 5.

1.2 FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente nota explicativa 6.

RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial é apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC T SP 16.5 nota explicativa 7.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

BALANÇO PATRIMONIAL				
RUBRICA				EXERCÍCIOS
ITEM	ATIVO	2018	2017	VARIAÇÕES
1.1	ATIVO CIRCULANTE	6.445.446,60	9.868.838,85	-34,69%
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.351.223,93	9.785.311,89	-35,09%
1.1.3	Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	54.300,51	55.349,18	-1,89%
1.1.5	Estoques	39.922,16	28.177,78	41,68%
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.026.511,60	11.026.331,87	0,00%
1.2.1	Créditos a longo Prazo (lançar valor sem deduzir dívida ativa)	8.153.724,42	8.025.582,47	1,60%
1.2.1.1	Dívida Ativa - Longo Prazo	8.153.724,42	7.348.632,82	10,96%
1.2.6	Bens Móveis (deduzir depreciação)	992.787,18	1.120.749,40	-11,42%
1.2.7	Bens Imóveis (deduzir depreciação, exaustão e amortização)	1.880.000,00	1.880.000,00	0,00%
TOTAL DO ATIVO R\$		17.471.958,20	20.895.170,72	-16,38%
RUBRICA				EXERCÍCIOS
ITEM	PASSIVO	2018	2017	VARIAÇÕES
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	248.969,88	34.116,69	629,76%
2.1.1	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	193.964,97	3,63	5343287,60%
2.1.3	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	11.490,34	18.861,03	-39,08%
2.1.7	Demais Obrigações a Curto Prazo	43.514,57	15.252,03	185,30%
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	-
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.222.988,32	20.861.054,03	-17,44%
2.3.7	Resultados Acumulados	17.222.988,32	20.861.054,03	-17,44%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$		17.471.958,20	20.895.170,72	-16,38%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		25,73	288,44	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO R\$		6.156.554,56	9.806.544,38	-37,22%



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Orçamentário Receita

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<i>RECEITA CORRENTE (I)</i>	6.769.500,00	6.769.500,00	7.160.932,36	391.432,36
<i>RECEITA TRIBUTÁRIA</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</i>	4.111.368,00	4.111.368,00	4.136.893,69	25.525,69
<i>RECEITA PATRIMONIAL</i>	365.069,00	365.069,00	396.584,36	31.515,36
<i>RECEITA AGROPECUÁRIA</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>RECEITA INDUSTRIAL</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	332.327,00	332.327,00	820.849,86	488.522,86
<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i>	18.000,00	18.000,00	0,00	-18.000,00
<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	1.960.236,00	1.960.236,00	1.806.604,45	-153.631,55
<i>RECEITAS DE CAPITAL (II)</i>	64.000,00	64.000,00	0,00	-64.000,00
<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>ALIENAÇÃO DE BENS</i>	63.000,00	63.000,00	0,00	-63.000,00
<i>AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i>	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
<i>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</i>	0,00	0,00	0,00	0,00



Balanco Orçamentário Despesa

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes (XI)	6.768.190,00	11.876.890,00	10.929.098,46	10.776.027,11	10.572.101,78	947.791,54
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	3.201.673,00	3.302.972,50	3.054.722,30	3.012.068,17	2.819.151,80	248.250,20
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens	2.458.874,00	2.480.173,50	2.389.579,95	2.389.579,95	2.196.663,58	90.593,55
3.1.90.13 - Obrigações Patronais	722.629,00	772.629,00	643.720,13	601.066,00	601.066,00	128.908,87
3.1.90.16 - Despesas Variáveis	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
3.1.90.67 - Depósitos Compulsórios	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00
3.1.90.91 - Sentenças Judiciais	20.020,00	50.020,00	21.422,22	21.422,22	21.422,22	28.597,78
3.1.90.94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	3.566.517,00	8.573.917,50	7.874.376,16	7.763.958,94	7.752.949,98	699.541,34
3.3.20.41 - Contribuições	1.590.492,75	6.068.492,75	6.055.846,98	6.055.846,98	6.055.846,98	12.645,77
3.3.20.42 - Auxílios	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00
3.3.20.43 - Subvenções Sociais	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00
3.3.90.14 - Diárias - Civil	200.000,00	448.000,00	377.590,00	377.590,00	377.590,00	70.410,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	198.110,00	216.100,00	154.047,73	94.893,51	92.476,06	62.052,27
3.3.90.32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
3.3.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	130.000,00	162.500,00	162.500,00	157.706,76	157.706,76	0,00
3.3.90.36 - Serviços Prestados Pessoas Físicas	178.010,00	122.010,00	111.704,00	111.704,00	106.304,00	10.306,00
3.3.90.39 - Outros Serviços e Encargos	1.047.576,75	1.093.536,75	782.819,48	736.349,72	733.926,83	310.717,27
3.3.90.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	12.050,00	10.050,00	7.591,38	7.591,38	7.591,38	2.458,62
3.3.90.49 - Auxílio-Transporte	13.000,00	12.000,00	10.173,33	10.173,33	9.539,73	1.826,67
3.3.90.91 - Sentenças Judiciais	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	90,00	153.090,00	0,00	0,00	0,00	153.090,00
3.3.90.93 - Indenizações e Restituições	197.067,50	288.018,00	212.103,26	212.103,26	211.968,24	75.914,74
Despesas de Capital (XII)	65.310,00	456.610,00	113.801,00	17.201,00	17.201,00	342.809,00
4.4.00.00 - Investimentos	65.260,00	456.560,00	113.801,00	17.201,00	17.201,00	342.759,00
4.4.20.42 - Auxílios	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00
4.4.90.51 - Obras e Instalações	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	65.110,00	456.410,00	113.801,00	17.201,00	17.201,00	342.609,00
4.4.90.61 - Aquisição de Imóveis	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



4.5.90.61 - Aquisição de Imóveis	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
TOTAL	6.833.500,00	12.333.500,00	11.042.899,46	10.793.228,11	10.589.302,78	1.290.600,54



BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço Financeiros Ingressos

	2018	2017
Receita Orçamentária (I)	7.160.932,36	7.428.643,63
Ordinária	7.160.932,36	7.428.643,63
Vinculada	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extra orçamentários (III)	1.120.954,10	662.441,77
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	249.671,35	43.445,51
Inscrição de Restos a Pagar Processados	203.925,33	17.914,66
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	667.357,42	601.081,60
Outros Recebimentos Extra orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	9.785.311,89	8.553.125,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.785.311,89	8.553.125,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	18.067.198,35	16.644.210,66



Balanco Financeiros Dispêndio

	2018	2017
Despesa Orçamentária (VI)	11.042.899,46	6.198.878,51
Ordinária	11.042.899,46	6.198.878,51
Vinculada	0,00	0,00
Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Pagamentos Extra orçamentários (VIII)	673.074,96	660.020,26
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	17.778,32	29.410,06
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	17.914,66	5.029,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	637.381,98	625.580,21
Outros Pagamentos Extra orçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	6.351.223,93	9.785.311,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.351.223,93	9.785.311,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	18.067.198,35	16.644.210,66



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	2019
Contribuições	4.136.893,69	4.076.488,01
4.2.0.0.0.00.00 - Contribuições	4.136.893,69	4.076.488,01
4.2.1.0.0.00.00 - Contribuições Sociais	126.871,17	4.076.488,01
4.2.1.9.0.00.00 - Outras Contribuições Sociais	126.871,17	4.076.488,01
4.2.1.9.1.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Consolidação	126.871,17	4.076.488,01
4.2.2.0.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	4.010.022,52	0,00
4.2.2.0.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação	4.010.022,52	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	817.554,66	831.580,22
4.3.0.0.0.00.00 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	817.554,66	831.580,22
4.3.3.0.0.00.00 - Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	817.554,66	831.580,22
4.3.3.1.0.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	817.554,66	831.580,22
4.3.3.1.1.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	817.554,66	831.580,22
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	852.125,78	1.171.617,92
4.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	852.125,78	1.171.617,92
4.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora	0,00	516.201,75
4.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	0,00	514.851,15
4.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Consolidação	0,00	514.851,15
4.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora	0,00	1.350,60
4.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	0,00	1.350,60
4.4.5.0.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	852.125,78	63,56
4.4.5.1.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários	852.125,78	63,56
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	852.125,78	63,56
4.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	655.352,61
4.4.9.0.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Consolidação	0,00	655.352,61
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	155.753,48	1.731.499,99
4.6.0.0.0.00.00 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	155.753,48	1.731.499,99
4.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação de Ativos	155.254,23	1.731.499,99



4.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	155.254,23	1.731.499,99
4.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	155.254,23	1.731.499,99
4.6.3.0.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos	499,25	0,00
4.6.3.9.0.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	499,25	0,00
4.6.3.9.1.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	499,25	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	91.800,01	12.339,77
4.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	91.800,01	12.339,77
4.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	91.800,01	12.339,77
4.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	91.800,01	12.339,77
4.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	91.800,01	12.339,77
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	6.054.127,62	7.823.525,91

Variação Patrimonial Diminutiva

Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	2017
Pessoal e Encargos	3.022.656,50	2.868.185,92
3.1.0.0.0.00.00 - Pessoal e Encargos	3.022.656,50	2.868.185,92
3.1.1.0.0.00.00 - Remuneração a Pessoal	2.411.417,17	2.323.864,66
3.1.1.1.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS	21.837,22	225.010,33
3.1.1.1.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	21.837,22	225.010,33
3.1.1.2.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	2.389.579,95	2.098.854,33
3.1.1.2.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	2.389.579,95	2.098.854,33
3.1.2.0.0.00.00 - Encargos Patronais	601.066,00	534.684,32
3.1.2.2.0.00.00 - Encargos Patronais - RGPS	472.208,15	409.391,99
3.1.2.2.3.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	472.208,15	409.391,99
3.1.2.3.0.00.00 - Encargos Patronais - FGTS	128.857,85	125.292,33
3.1.2.3.1.00.00 - Encargos Patronais - FGTS - Consolidação	128.857,85	125.292,33
3.1.3.0.0.00.00 - Benefícios a Pessoal	0,00	360,00
3.1.3.2.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS	0,00	360,00
3.1.3.2.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	0,00	360,00
3.1.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.173,33	9.276,94



3.1.9.9.0.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos	10.173,33	9.276,94
3.1.9.9.1.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Consolidação	10.173,33	9.276,94
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.484.277,93	1.371.804,88
3.3.0.0.0.00.00 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.484.277,93	1.371.804,88
3.3.1.0.0.00.00 - Uso de Material de Consumo	88.537,58	118.395,14
3.3.1.1.0.00.00 - Consumo de Material	88.537,58	118.395,14
3.3.1.1.1.00.00 - Consumo de Material - Consolidação	88.537,58	118.395,14
3.3.2.0.0.00.00 - Serviços	1.395.740,35	1.253.409,74
3.3.2.1.0.00.00 - Diárias	377.590,00	312.650,00
3.3.2.1.1.00.00 - Diárias - Consolidação	377.590,00	312.650,00
3.3.2.2.0.00.00 - Serviços Terceiros - PF	111.704,00	153.713,28
3.3.2.2.1.00.00 - Serviços Terceiros - PF - Consolidação	111.704,00	153.713,28
3.3.2.3.0.00.00 - Serviços Terceiros - PJ	906.446,35	787.046,46
3.3.2.3.1.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	906.446,35	787.046,46
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	977.367,10	6.190,00
3.6.0.0.0.00.00 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	977.367,10	6.190,00
3.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	300.417,45	6.190,00
3.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	300.417,45	6.190,00
3.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	300.417,45	6.190,00
3.6.5.0.0.00.00 - Desincorporação de Ativos	676.949,65	0,00
3.6.5.0.1.00.00 - Desincorporação de Ativos - Consolidação	676.949,65	0,00
Tributárias	6.063.438,36	1.683.488,64
3.7.0.0.0.00.00 - Tributárias	6.063.438,36	1.683.488,64
3.7.1.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.591,38	0,00
3.7.1.1.0.00.00 - Impostos	3.797,73	0,00
3.7.1.1.1.00.00 - Impostos- Consolidação	3.797,73	0,00
3.7.1.2.0.00.00 - Taxas	3.793,65	0,00
3.7.1.2.1.00.00 - Taxas - Consolidação	3.793,65	0,00
3.7.2.0.0.00.00 - Contribuições	6.055.846,98	1.683.488,64
3.7.2.9.0.00.00 - Outras Contribuições	6.055.846,98	1.683.488,64
3.7.2.9.1.00.00 - Outras Contribuições - Consolidação	6.055.846,98	1.683.488,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	212.103,26	189.588,68

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



3.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	212.103,26	189.588,68
3.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	212.103,26	189.588,68
3.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	212.103,26	189.588,68
3.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	212.103,26	189.588,68
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	11.759.843,15	6.119.258,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	(,5705715,53)	1.704.267,79



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Nossa demonstração dos fluxos de caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços. As aplicações financeiras estão representadas por depósitos em cardeneta de poupança em instituições financeiras oficiais de primeira linha. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Ingressos	7.828.289,78	8.029.725,23
Receitas derivadas e originárias	7.828.289,78	8.029.725,23
Transferências correntes recebidas	0,00	0,00
Desembolsos	11.245.176,74	6.723.558,60
Pessoal e demais despesas	11.245.176,74	6.723.558,60
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	-3.416.886,96	1.306.166,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Desembolsos	17.201,00	73.980,00
Aquisição de ativo não circulante	17.201,00	73.980,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-17.201,00	-73.980,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	-3.434.087,96	1.232.186,63
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	9.785.311,89	8.553.125,26
Caixa e Equivalente de caixa final	6.351.223,93	9.785.311,89



PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

O Coren-PB é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento. O Conselho está se adequando para a constituição das provisões baseadas na estimativa de seu corpo jurídico que está em processo de levantamento das probabilidades das demandas.

NATUREZA DAS CONTINGÊNCIAS

O Coren-PB é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências serão constituídas considerando a estimativa realizada pelo corpo jurídico, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos for avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito que altere significativamente o Patrimônio Líquido do Conselho.

PERDAS POSSÍVEIS, NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2018, não foram computados decorrentes de causas cíveis, cuja avaliação do corpo jurídico da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

PARTES RELACIONADAS

O Conselho em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza. Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do Coren-PB, tratando-se de cargos honoríficos.



SEGUROS

Nós adotamos uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza das atividades e a orientação de nosso corpo jurídico. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

ITEM	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
<i>Veículos</i>	Incêndio, roubo e colisão para 07 veículos	17.159,54

Relacionamento com os auditores independentes

A auditoria do Coren-PB subordina-se a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem- COFEN, órgão central de controle do Sistema COFEN /Conselhos Regionais. No decorrer do exercício de 2018 não foi contratado auditoria independente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo Circulante

NOTA 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras em caderneta de poupança.

DISPONÍVEL	2018	2017
<i>Bancos Conta Movimento</i>	6.351.223,93	9.785.311,89

NOTA 2 Créditos a Receber

Os Créditos a Receber se referem a valores de anuidades, que se encontram em aberto até o exercício de 2018 em cobrança Administrativa. São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.



Créditos de Curto Prazo

Estão representados pelos saldos a receber dos valores de anuidades, acrescidos de Juros, Atualização Monetária e Multa do exercício de 2017 e 2018 que se encontram em cobrança Administrativa.

CRÉDITOS A RECEBER	2018	2017
Anuidades do Exercício	2.602.449,46	2.936.633,26

NOTA 3 – Estoques

	Saldo Inicial	Entradas	Saídas	Saldo Final
0-Produtos (Estoque para Consumo)	28.177,78	100.281,96	88.537,58	39.922,16
900115 MATERIAL DE CONSUMO	28.177,78	52.221,83	68.459,43	11.940,18
900116 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	0,00	2.027,60	1.240,09	787,51
900118 AUTOPEÇAS	0,00	18.838,06	18.838,06	0,00
900120 MATERIAIS GRÁFICOS	0,00	13.400,00	0,00	13.400,00
900121 MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	13.794,47	0,00	13.794,47
1-Bens Móveis - Investimentos	1.120.749,40	172.455,23	300.417,45	992.787,18
900004 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	0,00	11.795,14	0,00	11.795,14
900007 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	0,00	4.670,00	0,00	4.670,00
900009 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	0,00	6.649,90	0,00	6.649,90
900014 EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	0,00	120,00	0,00	120,00
900023 EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	25.120,00	0,00	25.120,00	0,00
900024 OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.249,99	0,00	1.249,99	0,00
900025 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	47.779,95	121.406,38	0,00	169.186,33
900026 EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	73.980,00	0,00	73.980,00	0,00
900028 APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	21.477,93	0,00	18.288,93	3.189,00
900029 MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	159.614,86	0,00	121.005,86	38.609,00
900030 MOBILIÁRIO EM GERAL	77.300,66	7.825,00	7.556,66	77.569,00
900033 EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	0,00	18.408,81	0,00	18.408,81
900036 VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	662.590,00	0,00	0,00	662.590,00



900046	OUTROS BENS MÓVEIS	51.636,01	1.580,00	53.216,01	0,00
Total Geral		1.148.927,18	272.737,19	388.955,03	1.032.709,34

Nossos estoques são formados basicamente com despesas de almoxarifado.

NOTA 4 Dívida ativa Executiva

Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações, que se encontram em aberto até o exercício de 2017 e 2018 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, inscritos em Dívida Ativa Executiva.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - EXECUTIVA	2018	2017
<i>Dívida Ativa PF</i>	5.551.274,96	4.411.999,56

NOTA 5 Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo reavaliado em 20/05/2017 atendendo a NBC T SP 16.9 e 10. Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, *quando aplicável*, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

Fonte: Unidade de Contabilidade

Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2017, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

**NOTA 06 – FORNECEDORES**

FORNECEDORES	2018	2017
<i>Produtos e Serviços</i>	11.490,34	18.861,03

Fornecedores

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência.

	2018	2017
<i>FORNECEDORES NACIONAIS</i>	11.490,34	18.861,03
<i>Restos a Pagar do Exercício</i>	453.596,68	61.360,17
<i>Restos a Pagar - anos anteriores</i>	256.147,69	194.787,52



Apuração do Resultado

Nota 07 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC T SP 16.5. neste ano houve déficit orçamentário de R\$ 3.881.967,10 (três milhões, oitocentos e oitenta e um mil novecentos e sessenta e sete reais e dez centavos), foi em decorrência da devolução dos recursos do Convênio PLATEC nº 31/2016, coberto com Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) , que teve o maior impacto no resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2018	2017
<i>Variações Aumentativas</i>	6.054.127,62	7.823.525,91
<i>Variações Diminutivas</i>	11.759.843,15	6.119.258,12
<i>Resultado Patrimonial do Exercício</i>	-5.705.715,53	1.704.267,79



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO 2018



O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (COREN/PB) possui o compromisso com a integridade de seus atos, o que direciona a Autarquia na busca de melhores práticas para transparência e utilização dos recursos públicos.

Nesse cenário, o COREN/PB empenhou-se para atender as recomendações da IN nº170/2018, de 19 de setembro de 2018, anexo e Portaria do TCU Nº 369, DE 17 de dezembro de 2018.

As informações foram coletadas junto a secretaria da Presidência do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, bem como coletadas pelos responsáveis departamentais do órgão fiscalizatório e através de reuniões com a alta administração.

Além disso, foram utilizadas informações do relatório anual disponibilizado pelos departamentos, dados inseridos no portal da

transparência e divulgados através das redes sociais do Conselho de Enfermagem.

O relatório buscou além de apresentar as informações exigidas pelo TCU, apresentar a sociedade os resultados dos serviços prestados pelo Conselho por parte da gestão, fiscalização, departamento de registro e cadastro, licitação, processo ético, procuradoria entre outros.

A construção coletiva do documento em tela permitiu o desenvolvimento de um texto conciso e objetivo, que priorizou a utilização de uma linguagem simples e clara, para facilitar a leitura e compreensão dos temas apresentados.

Verifica-se também, que muitas ações estão sendo desenvolvidas apesar da estrutura do Conselho ser de médio porte, exigir dificuldades no ambiente externo como relatado no capítulo nº 01.

Apesar de tudo, o Conselho vem desenvolvendo ações e projetos voltados a implementação da governança pública a fim de torna-se referência.

Renata Ramalho da
Cunha Dantas
Presidente

Samira Emanuele de
Azevedo Luna
Secretária

Leide Glauca de
Brito Barreto
Tesoureira

José Ronyere de Freitas Lima
Controlador Geral